TL 2323

NO ANO INTERNACIOAL DA PAZ

TIMOR – LESTE

CAMINHOS PARA A PAZ

MESA REDONDA COM DEPUTADOS DE TODOS OS GRUPOS PARLAMENTARES
REALIZADA NO PORTO EM 19 DE ABRIL DE 1986

Organizada por
Paz e Justiça para Timor-Leste
Comissão Para os Direitos do Povo Maubere, do Porto

1 – O CONTEXTO

(Notas introdutórias de A. Barbedo de Magalhães)

1.1 – A RESISTÊNCIA ARMADA, FACTOR DECISIVO PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA

A retirada das forças armadas portuguesas, por um lado, e a quase total ausência de iniciativa política e diplomática portuguesa, durante todos estes mais de dez anos de ocupação indonésia, por outro, fizeram com que a resistência armada da população timorense se tornasse no factor mais importante e decisivo para a solução do problema.

É por isso que comaçaremos por passar em revista, muito sumariamente, as várias fases desta luta, tão desigual, entre o maior exército da região – e um dos maiores do mundo – e uma população pouco numerosa, mal armada e sem quaisquer apoios exteriores.

1.2 – 1.a Fase – DE DEZEMBRO DE 1975 A MEADOS DE 1978: – GUERRA DE POSIÇÕES, CLÁSSICA

As enormes diferenças culturais existentes entre os timorenses – de origem animista e influência cristã e lusíada – e os javaneses – de base misticista, hindo-budista, e islamisados –, criaram, entre estes dois povos, um fosso enorme, maior do que aquele que separa portugueses de marroquinos.

Se juntarmos a este factor, de raiz cultural muito profunda, as expectativas entretanto criadas, de uma desejada independência, e o comportamento brutal e a bestialidade demonstrada pelas tropas indonésias aquando da invasão, compreendemos que a grande maioria da população timorense preferisse a fuga para o interior do que cair nas mãos dos ocupantes.

Com cerca de 85% da população refugiada sob a sua protecção, a Fretilin não tem outra solução senão enveredar pela guerra de posições clássicas, com fronteiras mais ou menos bem delimitadas, onde as suas forças armadas – as Falintil – travam o avanço do invasor.

Para o interior dessas linhas de fronteira a vida prossegue quase normalmente, como o atesta, por exemplo, o testemunho do Padre Leoneto do Rego (actualmente nos Açores), que viveu nas zonas controladas pela Fretilin até Dezembro de 1978 (i)

Até meados de 1978 a situação em Timor-Leste caracteriza-se pelo controle, por parte da Fretilin, da maior parte do território e da população.

Os generais indonésios, que contavam conquistar Timor-Leste em três dias sem qualquer dificuldade, limitam-se, neste período, a controlar as cidades e vilas, e algumas vias de comunicação.

1.3 – 2.a Fase – DE MEADOS DE 1978 A FIM DE 1981: – AS CAMPANHAS DE CERCO E ANIQUILAMENTO LIQUIDAM AS BASES DE APOIO E DESTROEM 80% DAS FORÇAS DA RESISTÊNCIA

Apercebendo-se da vulnerabilidade da Fretilin, resultante do próprio facto de controlar a maior parte da população e do território – o que lhe retirava mobilidade – a Indonésia organiza, a partir de Setembro de 1977, campanhas sistemáticas de cerco e aniquilamento.

Nestas campanhas os generais indonésios envolvem enormes contingentes de efectivos militares, e recorrem ao bombardeamento sistemático (inclusivé com napalm e desfolhantes) de tudo quanto é vivo: homens, mulheres, crianças, animais e culturas.

A fome e a doença começam a alastrar, e o número de mortos e feridos aumenta todos os dias.

A partir de meados de 1978 é a própria Fretilin que recomenda à maior parte da população, que tinha vivido sob a sua protecção, para se entregar aos indonésios.

Os poderosíssimos e sofisticados meios bélicos utilizados pelas forças indonésias contra forças mal armadas e que ainda continuavam a fazer a guerra clássica, vai-lhes permitir destruir, umas após outras, todas as bases de apoio da resistência.

Entretanto o primeiro Presidente da Fretilin, Xavier do Amaral (que fora demitido) entrega-se ao ocupante.

Em 22 de Novembro de 1978 cai a última base de apoio da resistência, no Monte Matebian (centro – leste).

Em 3 de Dezembro desse ano é a vez de Alarico Fernandes – responsável pela informação e segurança – se entregar aos indonésios, levando consigo o posto emissor-receptor, e acabando assim com a Rádio Maubere.

Em 31 de Dezembro de 1978 morre em combate o Presidente da Fretilin, Nicolau Lobato.

Tendo alcançado todas estas vitórias, os indonésios pensam que, finalmente, venceram a guerra.

De facto a situação era dramática para a resistência.

- 80% dos membros do Conselho Superior da luta tinham morrido;
- Do Comité Central da Fretilin, que tivera cerca de cinquenta membros, restavam três!
- 80% das Falintil tinham sido perdidas;

- Mais de 90% das armas cairam nas mãos do ocupante;
- As ligações entre grupos da resistência sobreviventes, e destes ao exterior, estavam cortadas.

Em 1979, 80 e 81 a Indonésia organizava batidas sistemáticas para apanhar o que restava da resistência, ao mesmo tempo que prometia amnistiar aqueles que se entregassem.

Algumas mulheres timorenses são convencidas a falar por altifalantes, a pedir aos seus maridos, ainda no mato, que se entregassem, porque tinham a promessa de que seriam bem tratados pelos indonésios. A maior parte dos que acreditaram nessa propaganda, foram mortos, tal como os que foram apanhados em combate. E muitas das mulheres, depois de violadas e torturadas, tiveram o mesmo destino...

A brutalidade e a bestialidade das tropas de ocupação torna-se ainda maior.

O "Relatório deste triste cativeiro" enviado de Timor por um missionário ((ii) p 45 e segs), faz uma pequena descrição desse período dramático.

Nos campos de concentração para onde são enviadas as populações que se iam entregando, a fome e a doença matam milhares de timorenses.

Como se isso não bastasse, e dado que persistiam alguns focos da resistência, grande parte da população timorense, entre os 15 e os 55 anos, é mobilizada para seguir à frente das tropas indonésias e servir de escudo.

E assim milhares de homens, mulheres e jovens timores são obrigados a presenciar cenas de uma selvajaria inimaginável, praticadas pelos ocupantes sobre guerrilheiros e suas mulheres, mesmo grávidas, e sobre seus filhos e filhas, ainda que bébés.

Era o domínio imposto pelo terror, que o "Testemunho de um missionário", de Outubro de 1981 documenta ((ii), p 55 e seguintes).

1.4 – 3.a Fase: DE FINS DE 1981 ATÉ MARÇO DE 1983: – REORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DA TÁTICA DE GUERRILHA

O horror desses anos de ocupação foi incomensurável. Mas a revolta que esse mesmo horror gerou não foi menor. E na noite de 10 para 11 de Junho de 1980 (dia de Portugal...) o paiol de Dili, a estação de radiodifusão e vários postos militares da capital são atacados! Afinal a resistência estava viva e não era só no mato!...

De 1 a 8 de Março de 1981 é possível reunir, no interior de Timor, uma conferência nacional da Resistência. Os elos tinham sido restabelecidos, e esta tomava novo alento.

Tendo passado a usar a tática da guerrilha, a partir de finais de 1981 as acções militares da Resistência começam a aumentar em número e em importância.

Em Fevereiro de 1983 cinco vilas timorenses são ocupadas e importantes combates, envolvendo cerca de 2.500 guerrilheiros têm lugar junto às vilas de Aileu, Same, Suai, Viqueque e Lospalos.

Cerca de um mês depois os indonésios cedem e, a seu pedido, iniciam-se, em 20 de Março de 1983, conversações de Paz entre o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias em Timor, Coronel Purwanto, e o chefe da Resistência, Xanana Gusmão.

As conversações têm lugar em Lari–Gutu, zona controlada pela Fretilin. Na mesa das conversações apenas se vê a bandeira da resistência, como testemunham numerosas fotografias.

Em 23 de Março é assinado um cessar fogo, ao mesmo tempo que a Fretilin propõe um Plano de Paz (ver anexo I).

1.5 – 4.a Fase: DE AGOSTO DE 1983 ATÉ AO PRESENTE (MAIO DE 1986): – DESMORALIZAÇÃO COMPLETA DO EXÉRCITO INDONÉSIO

Em vez de tomarem na devida conta o Plano de Paz apresentado pela Fretilin, alguns generais indonésios preferem aproveitar o tempo de tréguas para melhor conhecer as forças da resistência e para tentar comprar os seus líderes.

Em Agosto de 1983 não tendo conseguido nada com as suas promessas falaciosas e supondo conhecer já o suficiente da organização da guerrilha para lhe dar o golpe final, o General Benny Murdani ameaça:

"se os guerrilheiros da Fretilin não aceitarem a oferta de amnistia feita pelo governo em Timor-Leste, então o governo desencadeará um golpe decisivo".

"Desta vez não haverá mais brincadeiras e não haverá misericórdia", acrescentou. "Não posso deixar a unidade do país ser destruída".

"As Forças Armadas usarão todos os meios que possuem numa operação de limpeza para varrer os rebeldes que restam da Fretilin".

O General prometeu e cumpriu.

De facto, em 17 de Agosto – aniversário da independência da República da Indonésia –, desencadeava uma violentíssima acção militar, envolvendo dezenas de milhar de soldados indonésios, dispondo de todo o género de equipamentos, sofisticados, fornecidos pelos Estados Unidos, pela Grã-Bretanha, pela França, pela Holanda e por outros países civilizados e com tradições na defesa dos Direitos do Homem.

Mas o General Benny Murdani também previu o termo total da rebelião até 5 de Outubro de 1983, e prometeu apresentar em Jakarta, nessa data – que é a festa das Forças Armadas indonésias – importantes troféus da guerra de Timor. Pensava, naturalmente, em apresentar o Comandante-em-Chefe das Falintil, Xanana Gusmão, vivo ou morto, e outros dirigentes da guerrilha.

Mas essa promessa não a cumpriu o Comandante-em-Chefe indonésio.

Não só não conseguiu apanhar nenhum dirigente da Fretilin, até hoje, como teve que adiar, sucessivas vezes, a data de termo do estado de excepção em Timor-Leste.

Em meados de Outubro de 1983 o "Governador" do território, Mário Carrascalão, já era mais prudente, mas ainda afirmava (ver JN de 17.10.83):

— "Creio que tudo estará terminado dentro de meses. Creio que no espaço de alguns meses a situação em Timor-Leste estará completamente normal"...

Em Janeiro de 1984 Jakarta ainda previa que as operações pudessem terminar no mês seguinte (ver Diário de Lisboa de 3.1.1984).

Dois anos e meio depois, o que constatamos é bem diferente daquilo que o Sr. General prometeu.

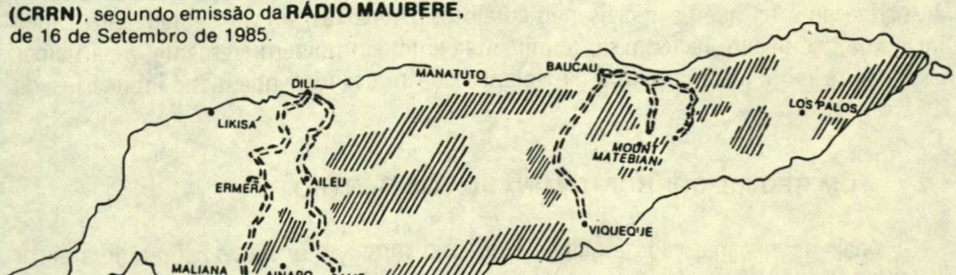
A guerrilha cresceu em número e em força. Abriu novas frentes de luta, e voltou a controlar extensas áreas onde só a aviação indonésia se atreve a penetrar.

Em Janeiro de 1985 pôs a funcionar um novo emissor — receptor de rádio, reabrindo as comunicações da Rádio Maubere suspensas desde Dezembro de 1978.

A Indonésia desencadeou uma serie de campanhas para apanhar esse emissor mas, até hoje, todas falharam.

De acordo com um relatório difundido pela Rádio Maubere, o grupo inglês Tapol pôde reconstituir um mapa com a indicação das zonas que a Fretilin voltou a controlar, de forma quase estável. Estas zonas são cada vez maiores e vão desde a fronteira com o Timor Ocidental (indonésio) até à ponta leste.

De acordo com o **RELATÓRIO DO CONSELHO REVOLUCIONÁRIO DE RESISTÊNCIA NACIONAL (CRRN)**, segundo emissão da **RÁDIO MAUBERE**, de 16 de Setembro de 1985.



▨ Áreas sob controlo da **FRETILIN**

Vilas e estradas em poder das tropas indonésias.

De acordo com o **RELATÓRIO DO CRRN**, o controlo indonésio não ultrapassa a extensão de 2 a 8 Kms em volta de cada vila ou aldeia estratégica, em todo o país.

Mapa: TAPOL

A desmoralização dos soldados indonésios é tão completa, e o medo que têm da Fretilin é tão grande, que evitam o combate a todo o custo.

Isso não os impede, no entanto, de continuar a massacrar populações indefesas, a prender, a torturar e a "fazer desaparecer" timores desarmados. E a genocídio prossegue, agravado pela fome e pela esterilização forçada das mulheres timorenses...

1.6 – A GUERRA DE TIMOR TEM PROVOCADO A DIVISÃO NO SEIO DAS FORÇAS ARMADAS INDONÉSIAS

Nos princípios de 1983 o Ministro da Defesa indonésia, General Jusuf, considerava impossível vencer militarmente a guerrilha em Timor. E, por isso, as forças indonésias solicitaram à Fretilin a realização de conversações.

Mas, o General Benny Murdani, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, defendia a linha dura: – continuar a guerra até à vitória militar (nem que isso exija o genocídio completo do Povo Maubere)!

A tese da solução política parecia triunfante, em Março de 1983. Mas, em Agosto do mesmo ano, já são os "duros", de novo, a ditar a lei.

As divisões quanto à guerra não ficam resolvidas, no entanto, e, quando em 17 de Agosto de 1983 as forças indonésias desencadeiam a nova e "derradeira" ofensiva, para capturar Xanana Gusmão, a Fretilin surge de onde menos esperavam, a atacar pela retaguarda!

É que, um mês antes das operações, já a Fretilin conhecia os planos de ataque, que amigos indonésios (muito bem colocados) lhe tinham fornecido...

A situação é tal que os oficiais mais corajosos e honestos, em vez de irem para Timor fingir que combatem, recusam-se, terminantemente, em número crescente, a participar nessa guerra tão injusta quanto a da Holanda contra os independentistas indonésios, de 1945 a 1949.

1.7 – UM REGIME CORRUPTO MINADO POR DENTRO

Os sinais de desagregação de regime indonésio tornaram-se claros sobretudo a partir de 1984.

Com a classe militar a dominar a maior parte da vida política e económica do país (iii) o regime tentou, a partir de Agosto de 1982, controlar todas as organizações políticas, sociais e religiosas do arquipélago.

Para isso promulgou a chamada "Lei das Associações" que obriga todos os partidos ou organizações a ter como único princípio o Pancasila, ou seja, os cinco princípios do Estado Indonésio.

As mais atingidas foram as associações religiosas e os partidos mulçulmanos, que, ao respeitarem a lei, perderiam completamente a sua identidade própria e a sua autonomia.

As reacções surgem, e são de vários tipos:

a) Em Agosto de 1984 começa a circular, na Indonésia, um panfleto em defesa da democracia, com artigos assinados por personalidades do mais alto relevo:

– Mohammad Sanusi, ex-dirigente do Partido Nacionalista Indonésio, o mais votado nas únicas eleições livres realizadas nesse país (em 1955), e ex-Ministro da Indústria do 1.o Governo do General Suharto (de 1966 a 1968).

– Mohammad Natsir, ex-chefe do Partido Muçulmano (modernista) Masyumy, o segundo mais votado nessas eleições; e

– General Nasution, ex-ministro, ex-primeiro ministro, ex-Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias e um dos responsáveis pelo massacre de comunistas, na sequência do golpe que, em 1965, levou Suharto ao poder.

b) Em Setembro de 1984 são as pregações e as manifestações de mulçulmanos, duramente reprimidos como a de Tanjung Priok (em Jakarta) em que o exército matou cerca de 60 manifestantes. Entre os mortos contava-se o dirigente mulçulmano Amir Biki,

ex-comandante do batalhão de estudantes universitários que, em 1965, ajudou o General Suharto a estabelecer a "Nova Ordem".

c) Esses incidentes dão origem à "Petição dos Cinquenta", assinada por numerosos generais, por ex-ministros, e mesmo por um ex-primeiro ministro, a exigir um rigoroso inquérito a esse incidente (e às responsabilidades do General Benny Murdani no massacre...).

Seguem-se, depois, numerosos ataques bombistas, inclusivé a postos emissores de rádio e de televisão, incêndios provocados, e numerosas prisões.

Entre os presos figuram mais de cento e trinta pregadores islâmicos, e numerosas figuras de destaque do regime. Para não nos alongarmos referiremos apenas três nomes:

– Mohammad Sanusi, ex-Ministro da Indústria de Suharto, e ex-dirigente do Partido Nacionalista, como já vimos, e que foi condenado a 19 anos de prisão em Maio de 1985.

– General Hartono Rekso Dharsono, que era o Secretário Geral da ASEAN (organização político-militar de cinco países da área), e foi demitido e preso a seguir aos incidentes de Tanjung Priok, e condenado a dez anos de prisão em 8 de Janeiro de 1986.

– Professor Oesmany Al Hamidy (de 72 anos), Reitor da Universidade Islâmica Missionária, para quem o acusador público pediu, em Fevereiro de 1986, uma pena de 12 anos de prisão.

Relativamente à corrupção ela é desenfreada, a todos os níveis. E, tal como já se sabia há muito mas os jornais australianos trouxeram recentemente à luz do dia, a Mme Suharto tem fortuna e jeitos de a conseguir (e de a gastar!) bem parecidos com os da Mme Imelda Marcos...

1.8 — A ESTRATÉGIA INDONÉSIA PARA 1986

Vendo-se com a guerra cada vez mais longe da vitória, com uma situação interna de desagregação política cada vez mais evidente, a que se junta uma gravíssima crise económica em virtude da queda do preço do petróleo (cerca de 70% das exportações), a Indonésia desejaria ganhar este ano, a todo o custo, no único campo que ainda lhe é favorável: — o da diplomacia.

Assim, 1986 é o ano em que a Indonésia aposta ao máximo na eliminação da questão de Timor-Leste da agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Como este é, também, o ano em que o Secretário Geral da ONU termina o seu mandato, e dada a incumbência que a Assembleia Geral lhe atribuíu, no âmbito da resolução n.o 37/30 de 1982, no sentido de fazer contactos com todas as partes directamente envolvidas, é natural que este gostasse também, de encerrar o assunto definitivamente.

Para alcançar esse objectivo a Indonésia está interessada em deslocar o problema para o campo dos direitos humanos, desviando as atenções do problema fundamental, que diz respeito ao direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste.

No campo humanitário a Indonésia procurará melhorar a sua imagem abrindo as portas de Timor a alguns jornalistas seleccionados, e a membros de organizações "humanitárias" particularmente sensíveis às aspirações indonésias.

Essa intenção de abertura tem sido proclamada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio o qual, no entanto, também vai avisando que fora de Dili normalmente só se pode circular de helicóptero, e que estes são escassos e custam a módica quantia de mil dólares (cerca de 150 contos) por hora.

Se acrescentarmos a tudo isto que os helicópteros estão, por vezes, ocupados ou avariados, e que há bancos de nevoeiro (?) em certas paragens, o número de locais visitáveis torna-se bastante reduzido.

Para um ministro que tanto alarde tem feito do desenvolvimento que a Indonésia levou a Timor-Leste, das centenas de quilómetros que asfaltou, e da paz que reina em todo o território, é caso para perguntar porque será que nem sequer visitantes seleccionados podem circular livremente por essas maravilhosas estradas. Será por causa do nevoeiro?

Para completar o quadro da actual abertura indonésia, dois jornalistas australianos que acompanhavam o Presidente Reagan, na sua passagem pela ilha indonésia de Bali, em 29 de Abril de 1986, foram logo detidos à saída do avião...

1.9 – DEZ ANOS DE "INOPERÂNCIA" PORTUGUESA

Se quizermos sintetizar, em poucas palavras, o que o Estado Português fez, nestes mais de dez anos de ocupação indonésia, diremos que terá sido o mínimo indispensável para não perder completamente a dignidade e a capacidade de tratar do problema de Timor-Leste, e tremendamente pouco para corresponder às gravíssimas responsabilidades históricas, políticas e morais que lhe cabem, e que a comunidade internacional lhe reconhece.

Nenhum responsável português foi capaz, até hoje, de justificar minimamente esta apatia ou indeferença, perante um drama que já custou a perda de mais de duzentas e cinquenta mim vidas humanas (entre timorenses e indonésios). Se pensarmos que este número é superior à soma de todas as mortes causadas, de ambos os lados, pelas guerras de independência que, entre 1961 e 1974 tiveram lugar nas três ex-colónias portuguesas da Guiné, de Angola e de Moçambique, não deixa de ser estranha tanta apatia e indiferança...

1.10 – SERÁ FALTA DE INFORMAÇÃO?

Em 15 de Março de 1984 o então Primeiro Ministro, Dr. Mário Soares, que se encontrava de visita aos Estados Unidos, concedeu uma conferência de imprensa, em Washington. O jornalista Dan Southerland, do Christian Science Monitor pediu-lhe, então, que descrevesse a situação em Timor-Leste, ao que o Primeiro Ministro de Portugal respondeu que o principal problema era não ter informação suficiente e não poder confiar no tipo de informação que lhe chegava sobre o território...

Outros responsáveis portugueses têm manifestado ou dado a entender, por diversas vezes, que a falta de informação sobre o que se passa em Timor-Leste é o grande problema que os impede de tomar atitudes com vista à sua resolução.

Sem pôr minimamente em dúvida a sinceridade da resposta do então Primeiro Ministro e a real falta de informação de muitos outros responsáveis nacionais, não podemos deixar de considerar inaceitável tal argumento quando é certo que:

a) Nenhum governo, desde 1975 até hoje, foi capaz de tomar a iniciativa de se informar sistematicamente sobre a situação em Timor-Leste junto de fontes de informação tão próximas (e, nalguns casos, tão acessíveis) como:

a.1 – regugiados vindos de Timor-Leste;
a.2 – sacerdotes e religiosos ou religiosas católicas regressados do território, ou que com o mesmo mantenham ligações;
a.3 – organizações representativas do Povo Maubere, tais como a UDP e a Fretilin;
a.4 – grupos de solidariedade (que, tantas vezes, têm enviado aos governantes, responsáveis políticos, bispos e outras entidades, tanta informação, sem a mesma lhes ser solicitada ou, sequer, agradecida...)

b) Alguns Ministros dos Negócios Estrangeiros portugueses têm-se mostrado muito seguros de saberem o que se passa no território e das consequências, para o futuro de Timor-Leste, dos sucessivos acontecimentos.

A título de exemplo diremos apenas que cerca de três meses depois das conversações de Paz de Março de 1983, um grupo de solidariedade não conseguiu convencer o então Ministro dos Negócios Entrangeiros de que a Fretilin não se tinha rendido nem dava mostras de se preparar para isso. As numerosas fotografias e vários testemunhos apresentados, na altura, ao Senhor Ministro, não foram suficientes para o convencer.

Que fontes de informação teria o Governo para o Ministro ter tanta segurança nas suas (erradas) convicções?

1.11 – SERÁ FALTA DE APOIO INTERNACIONAL?

Em 29 de Janeiro de 1982 alguns jornais titulavam:

"Timor-Leste: – Governo (impotente) endossa problema a Eanes",

ou

"Depois de ter feito 'tudo o que podia', governo 'endossa' Timor-Leste para o Presidente da República"'

E as notícias solientavam que o Governo confessava não poder fazer mais...

Este argumento, da impotência de Portugal, tem sido muitas vezes invocado, de forma mais ou menos explícita, por sucessivos governantes. E muitos outros responsáveis, eclesiásticos, políticos e de órgãos de comunicação social, também se lamentam da mesma impotência.

Curiosamente, no entanto, o Governo que, em Janeiro de 1982 se dizia "impotente" foi o mesmo que, meses depois, desencadeou a primeira e única campanha diplomática digna desse nome, a qual, apesar de tardia e mal preparada, evitou a previsível derrota na votação sobre Timor-Leste, na Assembleia Geral da ONU desse ano.

A explicação para este facto surpreendente é simples: – é que, entretanto, criou-se e funcionou (de facto!) a primeira Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da situação em Timor. Ora esta Comissão foi à sede das Nações Unidas, e constatou que "tudo" o que o Governo de então tinha feito – tal como os que o tinham percedido – se resumia praticamente a nada: – nem sequer um único relatório com informações sobre a situação em Timor-Leste, que permitisse contrabalançar as numerosas publicações da propaganda indonésia sobre os "benefícios" da integração...

Não se podem queixar de um contexto internacional desfavorável que os tornaria impotentes, os sucessivos governos que não se deram ao trabalho de recolher, organizar e difundir informações sobre o território.

Nem os ministros dos negócios estrangeiros, primeiros ministros e outras personalidades que, nas suas deslocações ao estrangeiro, se "esqueceram" de tratar do problema de Timor.

Nem aqueles que, nos comunicados finais dos encontros internacionais e das visitas oficiais recordaram, com preocupação, tantos países e regiões e, estranhamente, ignoraram Timor-Leste...

Não são circunstâncias exteriores desfavoráveis que levam um governo a despresar, e até a considerar inconveniente e tentar abafar e anular o efeito de uma importante resolução aprovada pelo Parlamento Europeu em 23 de Maio de 1980, na qual se previa um endurecimento de posição, dos países da CEE, nas votações na ONU, e se proclamava a necessidade urgente de **"uma investigação internacional sobre (...) os efeitos da ocupação indonésia sobre a população local"**.

Podemos, com razão, perguntar:

— Que partido tiraram os governantes e outros responsáveis portugueses, de numerosas iniciativas e resoluções em que se poderiam apoiar, se quizessem reforçar a sua capacidade de intervenção no sentido de defenderem os direitos do Povo Maubere, tais como (só para referir algumas):

1 — Resolução aprovada, em 1981, na reunião da União Interparlamentar (UIP) — que reune parlamentares de quase todos os países do mundo — a qual **"reafirma o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e à** independência, **e convida insistentemente a Indonésia a retirar as suas tropas para permitir o exercício desse direito"**;

2 — Inquérito sobre Timor-Leste organizado pelo Senado Australiano e realizado entre finais de 1981 e 30 de Março de 1982;

3 — Abaixo assinado de parlamentares europeus a favor de Timor-Leste, que Lorde Avebury trouxe a Portugal em Setembro de 1983, e que recolheu mais de duzentas assinaturas;

4 — Carta de 48 congressitas americanos enviada em 18 de Setembro de 1983 ao então Primeiro Ministro de Portugal, manifestando profunda preocupação perante a trágica situação de Timor, e pedindo-lhe para intensificar os esforços diplomácos em defesa dos direitos da população do território;

5 — Abaixo assinado de mais de 150 deputados do Reino Unido pedindo ao seu governo que deixe de vender armas à Indonésia, e datado de Dezembro de 1983.

(Sendo a Inglaterra o nosso mais velho aliado, e festejando-se agora o 6.o centenário do tratado de Windsor, não seria oportuno levantar esta questão dos aviões Hawk, dos tanques de guerra Scorpion e outros armamentos que o Reino Unido tem vendido à Indonésia e que esta tem usado ou pode usar contra a população de Timor?)

6 — Nota do Conselho Permanente do Episcopado Português, com data de 28 de Março de 1984, em que se afirma que por **"detrás dos tristes acontecimentos que ocorrem em Timor"** está **"a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada"**. E que acrescenta: **"Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio físico, mas num genocídio, digamos, cultural (...)"** ((vi) p. 281).

7 – Carta de 131 congressistas americanos, dirigida ao Presidente Reagan aquando de sua visita a Portugal, em Maio de 1985, manifestando a sua preocupação pela "tragédia de Timor-Leste".

8 – Moção aprovada por unanimidade, em Maio de 1985, pela Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil, manifestando a sua solidariedade com o povo de Timor-Leste.

(A propósito convem salientar que aquando da recente visita do Presidente Sarney, do Brasil, a Portugal esta moção não foi publicamente recordada. Pior ainda, o comunicado final conjunto, com data de 8 de Maio de 1986, regista que os dois presidentes **"formularam a esperança de que o processo conducente à independência da Namíbia venha a ser acelerado, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas"**, e não tem uma linha sequer alusiva ao problema de Timor!!!)

9 – Declaração de 411 parlamentares de nove países europeus ocidentais, do Parlamento Europeu, do Japão e da Austrália, de Junho de 1985, a exigir o fim das hostilidades, a presença de representantes do povo de Timor-Leste nas negociações, e um acto de autodeterminação livre de interferências.

10 – Carta de 75 parlamentares japoneses, dirigida ao Secretário Geral da ONU em Abril de 1986, manifestando-se preocupados com a situação em Timor-Leste e exortando o Secretário Geral a fazer participar, nas conversações em curso, representantes do Povo Maubere.

Isto para não referir as próprias resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Comissão dos Direitos do Homem desta organização, nem as tomadas de posição e os debates sobre Timor-Leste em sucessivas reuniões da Conferência dos Não Alinhados, nem as iniciativas que, todos os anos, os cinco jovens estados africanos de expressão oficial portuguesa têm tomado, etc, etc.

Poderíamos perguntar-nos também, porque é que houve casos de embaixadores portugueses junto de organismos das Nações Unidas que não compareceram às reuniões em que o problema de Timor-Leste foi debatido, ou porque é que não receberam as necessárias instruções e documentação de apoio suficiente e a tempo...

A campanha diplomática que o Governo desencadeou em 1982, na sequência de pressões da Assembleia da República, por iniciativa da sua Comissão Eventual, as declarações do ex-Presidente Ramalho Eanes, nomeadamente aquando das suas deslocações ao estrangeiro, e algumas raras intervenções de governantes portugueses, são insuficientes para modificar o panorama geral de indiferença, ou melhor, de inépcia do Estado Português em relação a Timor-Leste.

1.12 – DESCOBRIR CAMINHOS QUE CONDUZAM À PAZ

Sendo claro que o principal problema não é o da dificuldade de os Órgãos de Soberania obterem informações, como atrás se viu, e também não é o da falta de capacidade ou de apoios – porque estes até são desaproveitados, como se fossem excessivos – somos obrigados a perguntar quais as razões desta persistente e quase sistemática inacção. E temos que estranhar que essas razões nunca tenham sido claramente explicadas ao Povo Português, dada a gravidade da situação e a enorme responsabilidade que impende sobre Portugal.

Se se sopunha que o Povo Maubere ia aceitar bem a integração na Indonésia, o que se passou ao longo destes dez anos é mais do que suficiente para demonstrar o contrário.

As clivagens crescentes no seio do principal (e quase único) suporte do regime indonésio, a que a própria guerra em Timor dá origem, e a incapacidade que estão a demonstrar as forças ocupantes, para resolver militarmente esta guerra que lhes parecia tão fácil de ganhar, mostram também que o regime indonésio não sai reforçado, nem a estabilidade da área beneficia com a ocupação.

Urge, pois, encontrar caminhos que conduzam à Paz os quais, não sendo fáceis, não serão encontrados fechando os olhos à realidade de Timor e ao direito que lhe assiste de se autodeterminar.

1.13 – A COOPERAÇÃO FRETILIN – UDT ABRE NOVAS PERSPECTIVAS

Em 18 de Março de 1986, e "**na sequência de anteriores contactos em boa hora iniciados sob os auspícios do CDS**" delegações da Fretilin e da UDT assinam um Comunicado Conjunto em que manifestam a sua disposição de cooperarem "**com vista a delinear acções conjuntas para a defesa dos interesses do Povo Timorense**"

Nesse comunicado "**as duas delegações reafirmam o papel preponderante de Portugal pelas responsabilidades que lhe são conferidas pela Constituição da República Portuguesa e pelo Direito Internacional**".

Assinalam ainda algumas acções conjuntas, nomeadamente uma conferência de imprensa que teve lugar uns dias depois, em 24 de Março de 1986, para assinalar o terceiro aniversário as Consersações de Paz e do cessar fogo acordado (em 23 de Março de 1983) entre o Comando Supremo das Forças Indonésias em Timor-Leste, e o Presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional e Comandante-em-Chefe das Falintil, Kay Rala Xanana Gusmão.

Nessa conferência de imprensa o Presidente da Comissão Política da UDT, Dr. Moisés da Costa Amaral congratula-se "**com o facto de a Fretilin reconhecer a necessidade de as duas formações conjugarem esforços na defesa do direito inalienável do Povo Timorense à autodeterminação**"

E afirma, mais adiante, que "**das conversasões até agora habidas entre delegações da Fretilin e da UDT resultou já um consenso sério e profundo entre as duas formações políticas para a defesa da instauração de um regime democrático, de tipo ocidental, em Ti-**

mor-Leste. Trata-se de um dado importantíssimo e fundamental, para cuja consolidação tanto a UDT como a Fretilin desejam o contributo decisivo de todas as forças políticas portuguesas, para que este facto novo possa contribuir para um mais correcto posicionamento da questão de Timor-Leste, no plano internacional, de modo a concitar as atenções para o que efectivamente está em causa: a defesa do direito internacional e dos princípios contidos na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem".

Pelo seu lado, o Dr. Abílio Araújo, Chefe da Delegação da Fretilin em Serviço no Exterior, em nome da Direcção Política da Fretilin, depois de assinalar a **"constalação de uma realidade amarga e dolorosa que é a ameaça do genocídio do Povo Maubere, e da necessidade de responder a ela unindo todas as forças "** afirma:

"Nesta hora de convergência nacionalista de esforços não quero deixar de salientar o consenso existente quanto à necessidade de manter a autonomia e independência das opções políticas, filosóficas e doutrinárias patentes nos Programas Políticos da Fretilin e da UDT".

Depois de **"desafiar a Indonésia a aceitar a organização de eleições livres em Timor-Leste, supervisionadas inernacionalmente, para se certificar da vontade do nosso Povo quanto ao futuro"**, termina; afirmando:

"Ao Estado Português apelamos no sentido de jamais alijar as suas responsabilidades para com o nosso Povo".

"À Comunidade Internacional reafirmamos que os combatentes mauberes e as Forças Nacionalistas jamais aceitarão solução alguma que lhes venha a ser imposta, e reclamam, desde já, a participação dos seus legítimos representantes em todos os actos que visem encontrar uma solução justa, estável e duradoira para o caso de Timor-Leste."

Este acordo entre a Fretilin e a UDT, no exterior do território, responde a um apelo de Xanana Gusmão que, em mensagem radiofónica lembrava que **"nós no interior estamos unidos"** e afirmava que **"é bom que vós, no exterior, também estejais unidos"**.

De facto, de há muito que no interior de Timor-Leste resistem ao ocupante, lutando lado a lado, irmanados no mesmo ideal nacionalista e de libertação, membros da Fretilin, da UDT, e até ex-membros da Apodeti (minúsculo partido que pretendia a ligação à Indonésia e cujos raros militantes ficaram decepcionados e horrorisados com a realidade da integração...).

Esta cooperação, entre as duas principais formações políticas de Timor, retira argumentos à Indonésia e a diversos estados que pretendiam conotar a resistência nacional timor com uma facção política extremista e exclusivista.

Ela poderá abrir as portas a um maior reconhecimento da representação exterior do Povo Maubere, quer no âmbito das Nações Unidas quer junto dos estados e doutras organizações internacionais.

Além disso cria condições favoráveis para um futuro entendimento entre timorenses de todas as cores políticas, após a retirada das tropas de ocupação.

Por tudo isto é um acontecimento assinalável do qual Portugal pode e deve tirar benefícios no plano diplomático e negocial.

Será oportuno recordar aqui que, em 20 de Janeiro de 1975, a Fretilin e a UDT se coligaram, em Timor, com vista à independência a médio prazo (5 a 10 anos).

Esta coligação, que o então Governador de Timor – Coronel Mário Lemos Pires – encarou com a maior simpatia, nunca foi do agrado da Indonésia, que via nela um caminho realista para a independência que desejava evitar.

Assim, no âmbito de uma campanha de desestabilização programada pelos generais indonésios, estes conseguiram extremar os campos e levar a UDT a quebrar a coligação em 27 de Maio do mesmo ano. Estava, assim, preparado o terreno para a instabilidade que viria a justificar (como os generais indonésios pretendiam) a posterior invasão.

Esperamos que os agentes da divisão – que tantos esforços fizeram para invializar o presente acordo de cooperação – não consigam minar o entendimento que existe, no fundamental, entre estas forças timorenses que aspiram, ambas, à autodeterminação e independência.

1.14 – A IDEIA DE FAZER ESTA SESSÃO

No Outono de 1981 parecia clara a estratégia derrotista de Portugal:

– Havia muito poucas notícias sobre a resistência em Timor, a qual atravessara dificuldades tremendas desde fins de 1978;

– Na opinião pública tinha-se procurado criar a ideia de que a situação da população timorense não era tão má como isso, a Indonésia até estava a desenvolver o território, onde praticamente já reinava a paz, e a situação era um facto consumado e irreversível;

– Tinha-se, mesmo, encontrado um bode expiatório para o drama do Povo Maubere;

– O clima internacional era propício a uma vitória da posição indonésia nas Nações Unidas.

Mas também havia quem soubesse que o Povo Maubere continuava a rejeitar a integração e a opôr-se a ela, e quem considerasse uma ignomiosa demissão e uma vergonha nacional abandonar, assim, o Povo de Timor-Leste à mais completa violação dos seus direitos e ao genocídio.

Por isso a Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto organizou, em 8 de Maio de 1982, uma Mesa Redonda, com deputados de todos os nove partidos que, nessa altura, tinham assento parlamentar, do CDS à UDP. Todos, sem excepção, compareceram, naquilo que seria uma das primeiras – ou mesmo a primeira – reunião extra-parlamentar com membros de todos os partidos representados na AR.

O tema da sessão foi "Timor-Leste, uma Responsabilidade a Assumir"

Os deputados então presentes mostraram-se, todos, preocupados com a situação no território, e dispostos a fazer algo pelo seu povo. E fizeram!

Pouco tempo depois começava a funcionar a Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da situação em Timor-Leste, presidida pelo deputado timorense, da ASDI, Dr. Manuel Tilman.

Sob a sua presidência, e com um secretariado dinâmico e empenhado, a Comissão Eventual desenvolveu uma acção notável, que mereceu o apoio e o aplauso de toda a Assembleia, e que levou o Governo de então a desencadear uma campanha diplomática que, apesar de tardia e mal preparada, deu frutos suficientes para evitar a derrota da votação desse ano na Assembleia Geral da ONU.

Este ano de 1986 é, também, crucial para Timor-Leste.

O Secretário Geral das Nações Unidas termina o seu mandato, e não seria de estranhar que desejasse encerrar esta questão, relativamente à qual a Assembleia Geral lhe conferiu um mandato específico, caso isso fosse possível.

A Indonésia, que foi conquistando terreno no plano internacional — graças à inoperância da diplomacia portuguesa — atingiu, provavelmente, o máximo dos apoios possível nos finais do ano de 1985.

A condenação do general indonésia Dharsono, ex-Secretário Geral da ASEAN, em 8 de Janeiro de 1986, com o que isso significa para a classe militar que governa o país, a queda do Presidente Marcos, das Filipinas, em Fevereiro do ano em curso, e a incapacidade demonstrada, de forma cada vez mais clara, pelas Forças Armadas Indonésias, de vencerem militarmente a guerra de Timor, estão a levantar dúvidas a alguns dos principais apoiantes da Indonésia.

A tomada de posição de parlamentares japoneses, relativamente a Timor-Leste, pela primeira vez, em fins de Abril deste ano, é um indicativo da evolução que, tendo sido favorável à Indonésia até há bem pouco tempo, começa a ser desfavorável.

A notícia de que a própria Austrália poderia vir a reconsiderar a sua atitude de condescendência relativamente à Indonésia, divulgada já depois da realização da Mesa Redonda, é outro sinal que vem confirmar a análise que vinha a ser feita desde o início deste ano.

Nestas circunstâncias, e tendo em conta que uma vitória da Indonésia nas Nações Unidas teria, como principais consequências:

a) Um agravamento da situação do povo de Timor-Leste, com multiplicação dos massacres, torturas, desaparecimentos, etc;

b) Uma radicalização da resistência, com reflexos nos movimentos autonomistas existentes noutras ilhas e aumento dos factores de instabilidade na área;

além do que corresponderia a uma ignomiosa demissão de Portugal, totalmente contrária ao direito internacional e ao estipulado na Constituição,

foi considerado necessário desenvolver acções que, evitando uma desastrosa derrota nas Nações Unidas, abrissem perspectivas para uma solução digna, justa e durável para Timor-Leste, tendo em conta também o contexto da região.

A atenção dedicada pelo Deputado António José Fernandes, do PRD, ao drama do Povo de Timor-Leste, e o empenho com que encarava a questão, no âmbito das suas funções como deputado ao Parlamento Europeu, propiciaram a realização de uma sessão pública, no Porto, em 8 de Março de 1986, com o referido parlamentar.

Esta sessão, subordinada ao tema:

"Timor-Leste nas Instâncias Internacionais"

foi organizada pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere, do Porto e pelo grupo Paz e Justiça para Timor-Leste.

Uma das conclusões desta sessão de 8 de Março foi a de que deveria promover-se uma reunião, no Porto, com deputados da Comissão Eventual de todos os partidos.

O apoio que expressaram à sessão de 8 de Março todos os deputados do PRD pertencentes à Comissão Eventual, a imediata adesão à iniciativa, de fazer a Mesa Redonda de 19 de Abril, manifestada pelo deputado do CDS Eng.o José Miguel Anacoreta Correia, e o bom acolhimento encontrado, dum modo geral, em deputados de todos os partidos, tornou possível a realização da Mesa Redonda num prazo relativamente curto.

Enquanto em 1982 foram precisos seis meses de contactos pessoais com numerosos deputados, desta vez foi suficiente um mês escasso, algumas cartas e telefonemas, porque a receptividade foi, de facto, excelente.

Não deixa de ser significativo que na Sessão de Trabalho, à porta fechada, que antecedeu a Mesa Redonda, e que durou das 14h.30 às 17h do mesmo dia, participaram ainda mais deputados do que na sessão pública. A preocupação dos parlamentares portugueses era, de facto, a resolução do problema de Timor-Leste e não propriamente a oportunidade de mais uma vez aparecerem em público. Com muito gosto registamos este facto, para que a história não o esqueça.

O facto de estarmos no Ano Internacional da Paz – sobre o qual tantos responsáveis políticos, bispos, e outras personalidades portuguesas têm falado, esquecendo-se de Timor-Leste...– foi uma razão suplementar para fazer a sessão, e deu o mote para a mesma.

Conforme se dizia na carta enviada em 24 de Março às pessoas convidadas a participar na Mesa Redonda, "**no Ano Internacional da Paz que estamos a viver, Timor-Leste é,**

sem sombra de dúvida, o mais grave problema de ausência de Paz com que o nosso País se defronta".

Foi neste contexto e para procurar Caminhos que conduzam a uma Paz fundada na justiça e na liberdade, para o martirizado povo de Timor-Leste, que a Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto e o grupo Paz e Justiça para Timor-Leste organizaram esta Mesa-Redonda.

Porto, 10 de Maio de 1986

António Pinto Barbedo de Magalhães

(i) – FUNU – Timor-Leste Independente Vol 1, n.o 1, Julho de 1980

(ii) – António Barbedo de Magalhães
Timor-Leste, Mensagem aos vivos
Limiar, Porto, 1983

(iii) – A. Barbedo de Magalhães
Uma Introdução à Indonésia
Paz e Justiça para Timor-Leste, Porto, Dezembro de 1985

(iv) – Comunio, Revista Internacional Católica n.o 3, Maio – Junho de 1984

2 – INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DE TODOS OS PARTIDOS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2.1 – ABERTURA

O *Padre José Lopes Baptista*, do grupo cristão *Paz e Justiça para Timor-Leste*, abriu a sessão, agradecendo a presença dos deputados, jornalistas e público, e a cedência das instalações por parte das direcções da 1.a e da 2.a secções da Escola Superior de Belas Artes do Porto.

Lembrou, depois, que estamos no Ano Internacional da Paz, e que é importante festejar este ano não apenas com palavras mas sobretudo com actos que contribuam para uma paz autêntica.

E terminou com o poema seguinte, do poeta timor Fernando Sylvan sobre a luta do seu povo:

Pássaro sem espaço
Rio, sem leito
Árvore sem floresta
Mas dou sinais de mim.

A Barbedo de Magalhães, da *Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto*, referiu como objectivos da sessão, a procura de caminhos a seguir e o debate de acções a desenvolver, com vista a acabar com o drama do Povo Maubere e a permitir que este povo se autodetermine, encontrando, assim, a Paz com base na Justiça.

O *moderador* da sessão, *Adelino Gomes* (o último jornalista português a visitar Timor-Leste antes da invasão), leu telegramas de solidariedade e dois parlamentares europeus, deputados *António Lacerda Queirós, do PSD* e *Fernando Gomes, do PS*, e transmitiu uma mensagem telefónica do deputado *Lucas Pires, do CDS e Vice-Presidente do Parlamento Europeu (1).*

Depois, deu a palavra aos deputados presentes, pela ordem de representação na Assembleia da República (AR), começando pelo partido mais votado.

São extractos ou resumos dessas intervenções que a seguir se transcrevem.

---

(1) Tendo em conta a participação do deputado do *PCP ao Parlamento Europeu Joaquim Miranda da Silva* na Sessão de Trabalho que se realizou das 14h30 às 17h00 desse dia, sobre o mesmo tema, e tendo em conta a presença do *parlamentar europeu António José Fernandes do PRD*, na Mesa Redonda, pode dizer-se que todos os cinco grupos portugueses representados no Parlamento Europeu se interessaram e associaram, de algum modo, a esta realização.

2.2 – DEPUTADO MANUEL MOREIRA, DO PSD

Começou por se referir *a 1986, Ano Internacional da Paz, afirmando que seria um bom contributo para a celebração do Ano da Paz em Portugal e no mundo se durante este ano fosse encontrada uma solução que levasse a liberdade ao Povo de Timor-Leste. Assinalou, depois, o papel importante desempenhado pela primeira Comissão Eventual da AR* para Acompanhamento da situação em Timor, criada em 1982 (e à qual pertenceu), a qual, depois de ir à Austrália e às Nações Unidas, levou o Governo de então a desencadear uma acção diplomática que permitiu que, em vez de se perder a votação na Assembleia Geral das Nações Unidas desse ano, como se temia, fosse aprovada mais uma resolução favorável à autodeterminação do povo de Timor-Leste.

Considerou ser *importante associar a Fretilin e a UDT às negociações em curso* entre Portugal e a Indonésia, sob a égide do Secretário Geral das Nações Unidas, porque estes "melhor do que ninguém, saberão defender aquilo que desejam para o seu País e para o seu Povo".

Foi positivo, disse, o *acordo recentemente celebrado entre a Fretilin e a UDT*, passo importante que deve ser aproveitado para as associar às conversações em curso.

Negativo foi *o reconhecimento, pelo governo trabalhista australiano, da integração de Timor-Leste na Indonésia.* Esta decisão, que contraria posições anteriores do Partido Trabalhista australiano teve em vista o interesse do governo deste país na exploração do petróleo do Mar de Timor.

2.3 – DEPUTADO RAUL DE BRITO, DO PS

Começou por recordar uma intervenção do deputado Sottomayor Cardia (do PS) na AR, em que este lembrou que a Indonésia invadiu e ocupa um território sob responsabilidade portuguesa.

"Sendo Timor uma parte integrante do território nacional, não temos forças armadas implantadas no terreno e, neste momento, *são únicamente os autóctones a lutar..."*

"Temos que exigir aos nossos Órgãos de Soberania e ao Povo Português que lutem no campo moral, no campo político e no campo diplomático", de acordo com as aspirações deste povo e com o direito internacional.

"No plano político há que retomar esta questão com muito maior acuidade, e sensibilizar a população, os Órgãos de Soberania e as grandes instâncias internacionais, para pôr fim à guerra no mais curto espaço de tempo, permitir o restabelecimento dos direitos humanos em Timor-Leste e que o povo se autodetermine".

"Pensamos que o Plano de Paz apresentado pela Fretilin em 1983 (2) é um bom ponto de partida, e que há que trabalhar para que se reunam condições para que o mesmo seja possível".

---

(2) Ver anexo I

(...) *"Também pensamos que a Fretilin e a UDT (...) terão que ter uma palavra determinante, em todas as negociações".*

2.4 – DEPUTADO COSTA CARVALHO, DO PRD

Justificou a ausência dos outros três membros do PRD pertencentes à Comissão Eventual da AR para Timor-Leste, deputados Vitorino Costa, Rui Santos e António Sousa Pereira, que já em anterior sessão (realizada no Porto em 8 de Março de 1986, e subordinada ao tema "Timor-Leste nas Instâncias Internacionais"), manifestaram a sua solidariedade pessoal e a do partido para com a causa maubere.

Referindo-se à recente criação e entrada do PRD no Parlamento, afirmou que *"o empenhamento* (deste novo partido) *vai ser total*, para que as soluções sejam o mais rápidas possível e correspondam aos justos anseios do Povo Maubere".

Para isso há que planificar acções e reunir esforços. É *importante a participação de representantes do Povo Maubere em quaisquer conversações* em curso ou que se venham a realizar, afirmou.

Como profissional do jornalismo, *apelou à Comunicação Social* para que se autosensibilize e ganhe força a fim da opinião pública se interessar por este problema, que diz respeito a todos, e em que todos nos devemos empenhar para que seja resolvido rapidamente, com justiça e em paz.

2.5 – DEPUTADO ANTÓNIO MOTA, DO PCP

"Esta situação que se vive em Timor-Leste *tem razões políticas e económicas"*. A Indonésia não esteve isolada na tomada de Timor-Leste pela força, porque está situada numa zona estratégica. "Daí uma certa passividade de vários países e organizações perante esta situação vergonhosa para todos e para o nosso estado".

Não se deram os passos certos que a gravidade da situação exigia. *Os vários e sucessivos governos não fizeram aquilo que a Constituição da República exige*, acrescentou o deputado António Mota.

E concluiu afirmando que "esta situação não pode continuar". "Pensamos que o Estado Português (...) tem que definir pormenorizada e coerentemente uma estratégia política da diplomacia portuguesa" e assegurar o seu desenvolvimento.

Referiu depois que "tem havido uma certa marginalização dos verdadeiros representantes do povo de Timor-Leste" e considerou "importante contactar com a Fretilin, que é uma parte envolvida directamente neste conflito". *"Sem ouvir, os representantes de Timor-Leste é difícil chegar a uma solução."*

"O Estado Português tem graves responsabilidades". "Todos nós, e todos os partidos da AR têm um papel importante a desempenhar". O problema é nacional. E a solução só pode ser: defender os direitos do povo de Timor, que está a ser vítima de genocídio e da violação total dos direitos do homem.

2.6 – DEPUTADO MIGUEL ANACORETA CORREIA, DO CDS

O moderador começou por apresentar o Eng.o Miguel Anacoreta Correia como um activista da causa Maubere e *um dos principais responsáveis pelo* que considerou ser "o acontecimento do ano", que foi o *acordo* recentemente celebrado *entre a UDT e a Fretilin.*

São do deputado Anacoreta Correia as palavras que a seguir transcrevemos, em grande parte, resumindo-as nalguns casos.

"Foi trágico que um território em que, durante a 2.a Grande Guerra, a população se bateu, com enorme sacrifício, contra a ocupação japonesa, e que desejou permanecer ligada a Portugal, por formas que o tempo e o estatuto internacional melhor deveria definir, foi trágico que essa mesma população tivesse conhecido uma situação de genocídio, e ver praticamente 1/4 da sua população dizimada pelo invasor".

"As razões da invasão e da presença indonésia em território de Timor são de natureza geoestratégia e estão relacionadas com problemas de riquezas nacionais. Mas *nós, portugueses, também não podemos alienar a nossa quota de responsabilidade*, muito pesada, pela forma como nos anos de 1974 e 1975 conduzimos este processo em Timor, e do qual fomos, em grande parte, os despoletadores, e que não soubemos finalizar de maneira digna".

"Neste Ano da Paz (...) devemos ter uma perspectiva de futuro, de olhar para que soluções é que poderemos encontrar para Timor-Leste, e o que é que cada um de nós pode fazer".

"O problema tem três vertentes principais":

– "A vertente da luta travada no interior, principalmente nas montanhas, com uma enorme desproporção de meios (...), contra um dos exércitos mais poderosos daquela Área do Mundo. É uma luta conduzida pela resistência nacional Timor, que é comandada por Xanana Gusmão; (...)

– "o vector da diplomacia";

– "e o vector da opinião pública".

"É sobretudo sobre estes dois que nós temos que nos debruçar".

"É importante que os representantes do povo de Timor (UDT e Fretilin), que em 1975 se envolveram numa guerra civil duríssima e fratricida, estejam hoje unidos, em termos de prosseguirem uma estratégia comum. (...) Como foi referido pelo comandante das forças da resistência, Xanana Gusmão, à UDT e à Fretilin: – *"nós no interior, estamos unidos, é bom que vocês também estejam unidos no exterior".*

"Com isso, não só no plano da eficácia diplomática, mas também *no plano da verdade da situação*, deu-se um passo extremamente importante".

"As informações que temos, embora escassas e contraditórias, deixam-nos entender que *1986 pode ser um ano decisivo para a causa Timor. Na Indonésia preparam-se*, há 2 ou 3 anos, *importantes alterações políticas* para este ano. A queda dos preços do petróleo – de que a Indonésia é um grande produtor – criou problemas importantes. E *existem alterações geoestratégicas naquela área* (...) como sejam a actual situação de menor estabilidade política na Malásia e, *sobretudo, a alteração política nas Filipinas"*

"Julgo que *temos que responder a este conjunto de factos favoráveis*, que se desenham em 1986, *com uma acção política concertada, do lado português."*

"Existem hoje factores de dúvida, pelo menos em alguns dos países que não têm uma posição favorável à posição portuguesa – que tem que ser uma defesa intransigente (...) do direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste". – E o deputado Anacoreta Correia concluiu ser necessário corresponder a essas dúvidas com uma acção diplomática planeada e realizada de forma coordenada.

"A responsabilidade da condução diplomática cabe, em Portugal, à Presidência da República e ao Governo. Mas nós todos também temos responsabilidades".

Depois de fazer um apelo à Comunicação Social para que trate o problema, "que não está morto na consciência e no coração dos portugueses", afirmou: "Nós, deputados, temos o dever de lançar um conjunto de acções".

Nesse sentido a Comissão Parlamentar de Timor-Leste assentou – e deve formalizar – um *conjunto de acções* a seguir referidas:

1.o A *circulação de toda a documentação* junto dos deputados do parlamento português;"

2.o A *aprovação de um relatório* que se destina a ser traduzido em várias línguas, *para ser distribuido no Parlamento Europeu, no Conselho da Europa, na União Interparlamentar e em todas as instâncias* onde os parlamentares portugueses se desloquem, com o sentido de chamar a atenção da opinião pública internacional para este problema";

3.o "Uma *audiência com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros*, para se conhecerem os desenvolvimentos mais recentes da diplomacia portuguesa (...)";

4.o *"Ouvir os grupos de Timor* mais representativos" e, finalmente,

5.o *"Constituir-nos numa comissão reduzida* que conduza este conjunto de acções de forma mais eficaz do que normalmente pode ser feito através de uma comissão parlamentar de constituição muito alargada".

"A partir disto está criada *uma opção*, que não é definida pelo Parlamento, mas *que tem que ser definida pela Presidência da República e pelo Governo,* e que é: – *saber se pretendem que os parlamentares portugueses*, a exemplo daquilo que sucede com frequência no estrangeiro, *desenvolvam* ou não *a chamada diplomacia informal".*

"Pela nossa parte nós estamos prontos a fazer a exploração de alguns terrenos, sobre os quais não temos ainda indicações seguras, mas que são importantes para balizar a nossa acção diplomática".

E o deputado Anacoreta Correia acrescentou:

"Temos também a grande chance de que *neste assunto* – e é caso raro no Parlamento. – *existe um consenso total entre os diferentes Partidos*. Isto cria a responsabilidade histórica, perante os partidos portugueses, de constituirem uma solidariedade em torno de objectivos, e que, mesmo que exista uma transitoriedade de governos, mesmo que a Assembleia da República conheça as vicissitudes do passado, *não haverá deculpas se hoje os seis partidos não constituirem um grupo de trabalho que possa conduzir estas acções* de forma continuada e persistente e que possa *forçar o Governo e a Presidência da República* – apesar das inconstâncias do processo político português – *a que levem a bom termo esta questão".*

(...) "Lembro-me que a AR (...) conseguiu aprovar e tomar resoluções sobre Timor, em clima de consenso como há muito se não verificava".

"Eu *estou certo de que* esta opinião é partilhada por todos os meus colegas, de que sobre esta questão – e isto demorou a ser conseguido mas está conseguido – *os diferentes partidos portugueses vão assumir o compromisso de trabalhar em conjunto, para desenvolver uma acção de facto continuada*, por forma que este seja o contributo mais valioso que a AR possa dar para este Ano Internacional da Paz".

2.7 – DEPUTADO RAUL DE CASTRO, DO MDP

O deputado Raul de Castro começou por lembrar que já antes do 25 de Abril o MDP tinha como objectivo a autodeterminação e independência dos povos.

Realçou, depois a *"importância reconhecida pela AR à necessidade de resolver o problema de Timor-Leste no sentido da autodeterminação e independência"*, e ao consenso existente entre todos os partidos relativamente a essa autodeterminação e independência.

Referiu "alguns dos caminhos que podem conduzir ao êxito dessa luta em que está empenhado o Povo Maubere":

"Isso passa por uma *maior mobilização da opinião pública portuguesa*, e pela *partipação*, nessa mobilização, *da comunicação social".*

"Passa ainda por *não nos iludirmos* com um aspecto que é usado pela Indonésia, *de reduzir o problema a uma questão de direitos humanos, porque se trata de algo mais profundo, que é a autodeterminação e independência*, a qual, ao ser reconhecida, assegurará, só por si, o respeito pelos direitos humanos, hoje tão brutalmente espezinhados pelo invador indonésio."

Lembrou, depois, as dificuldades resultantes de "poderosos interesses económicos e os seus reflexos nas relações da Indonésia com diversos países", para concluir:

"Estou certo que, se a opinião pública portuguesa assumir o seu lugar (...) os nossos esforços comuns dos Órgãos de Soberania (...) e da comunidade internacional, conseguirão fazer triunfar a heróica luta do Povo Maubere pela sua autodeterminação e pela sua independência".

2.8 – DEPUTADO AO PARLAMENTO EUROPEU, ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES, DO PRD

(...) "A Indonésia ocupa, ao arrepio do direito internacional, desde 1975, o território de Timor-Leste. Isso suscitou, por um lado, uma guerrilha conduzida pelo heróico povo de Timor-Leste, que tem resistido estoicamente; e, por outro lado, colocou Portugal numa situação muito incómoda".

E o parlamentar europeu António José Fernandes continuou, um pouco mais adiante:

"As atrocidades que têm sido cometidas pelas forças indonésias em Timor-Leste e os revezes que essas forças também têm sofrido, têm levantado várias questões, têm sensibilizado muitas pessoas e levado figuras de relevo internacional a manifestarem a sua opinião no sentido, sempre, de condenarem a actuação da Indonésia (...)"
E, depois de referir vários exemplos, prosseguiu:

"Os nossos governos têm feito muito menos do que essas personalidades. A nossa diplomacia tem sido muito tímida neste domínio. Os governos não têm actuado com aquela eficácia, com aquela dinâmica que era exigível (...). Não podemos esperar mais tempo sem que façamos qualquer coisa de positivo em defesa dos direitos do Povo Maubere".

(...) "Devemos actuar, fazer algo que esteja ao nosso alcance para que, no fim de 1986, possamos dizer que afinal o Ano Internacional da Paz se celebra em Paz porque foi possível que Timor-Leste adquirisse a sua autodeterminação".

"Na Assembleia da República os colegas que representam o Povo Português podem desempenhar um papel importante; os Órgãos de Soberania, a quem o artigo 297.o da Constituição atribui competência para desempenhar estas funções, que são *o Presidente da República e o Governo, podem e devem fazer muito mais do que o que tem sido feito até aqui.* E nós, que estamos em instâncias internacionais, devemos trabalhar no mesmo sentido".

Depois de referir a actividade dos deputados do PRD no sentido de o Presidente da AR promover reuniões da Comissão Eventual para Timor-Leste, "o empenho que, dentro das suas possibilidades teve *o Presidente da República cessante* e a *disponibilidade que manifestou agora para ser o 1.o subscritor de uma carta aberta à ONU* para que analise esta questão", o deputado António José Fernandes concluiu:

"Procurarei (...) desempenhar todas as acções ao meu alcance para que no Parlamento Europeu seja possível sensibilizar os representantes dos outros países, a fim de que *se aprove uma resolução no sentido de conceder a autodeterminação e independência ao povo de Timor-Leste (...)* que mereceu já o consenso dos representantes portugueses", e leu na integra a proposta de resolução (que reproduzimos no *anexo II*), de que o próprio deputado António José Fernandes é o autor. E completou, a finalizar:

"Vamos diligenciar e fazer os possíveis para que *esta proposta de resolução seja aprovada* no Parlamento Europeu. *Se conseguirmos* esse objectivo, dar-nos-emos por satisfeitos, do papel que nos incumbe, na nossa tarefa de parlamentar europeu, porque sabemos que, por um lado, *estamos a defender os direitos de um povo que está a ser oprimido e, por outro lado, estamos a salvaguardar a imagem positiva da nação que nós representamos."*

3 – DEBATE COM JORNALISTAS, MEMBROS DE GRUPOS DE SOLIDARIEDADE E PÚBLICO

3.1 – INTRODUÇÃO DO MODERADOR, JORNALISTA ADELINO GOMES

"A Comunicação Social foi aqui instada a assumir também as suas possibilidades (...)".

"Acho que não devo fazer aqui perguntas, mas faço votos para que daqui a meia hora tenha conseguido encontrar resposta para o mistério" seguinte:

– "Nestes onze anos nunca encontrei ninguém que tivesse uma palavra contra o Povo Maubere". "Mais, todos os cidadões, todos os responsáveis que encontrei sempre manifestaram a maior simpatia e a maior dôr pela situação que o Povo Maubere vive há onze anos, depois da ocupação. Toda a gente está de acordo – uma vez mais aqui constatamos que os representantes dos partidos estão de acordo – em que coisas importantes e decisivas devem ser feitas para terminar a ocupação indonésia. E no entanto – e esse é o mistério – o Estado Português, através das suas instituições – toda a gente o reconhece também – tem sido (para usar a palavra mais simpática possível) totalmente indiferente à sorte do Povo Maubere".

"*Como é possível esta grande dôr de todos nós, enquanto cidadãos e enquanto responsáveis, conciliar-se com a indiferença do Estado*, que afinal somos todos nós e também a comunicação social...?"

O moderador deu, depois, a palavra aos jornalistas e membros de grupos de solidariedade presentes na Mesa, para fazerem comentários e pôr questões. São essas interpelações que reproduzimos de seguida, quase na íntegra, pela ordem por que foram feitas.

3.2 – PADRE FERNANDO MILHEIRO, DA VOZ PORTUCALENSE (SEMANÁRIO DA DIOCESE DO PORTO)

a) "Por aquilo que (os deputados) disseram, estaremos no bom caminho da resolução do problema. (...) As palavras que nos dirigiram vêm alimentar a esperança. Entretanto (...) o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia tem dito que *o facto de Portugal negociar a vinda de ex-funcionários, isso significa* que Portugal estará no caminho de *reconhecer a integração de Timor-Leste na Indonésia*'"

b) "Quem chegou de Timor não disse nada do que lá acontece (...). Sem informações seguras também não se pode fazer o esclarecimento da opinião pública. *O dever de dar* estes *esclarecimentos*, em primeiro lugar é das pessoas que estão, por natureza, nas negociações, portanto *do Governo e da Presidência da República*. Daí também não têm vindo muitos dados novos e por isso (...) as pessoas são obrigadas a reproduzir (...) as suas inquietações e os seus desejos, e não têm factos sobre os quais alicerçar uma nova esperança".

c) "*Estamos no bom caminho se,* de facto, *todos os deputados estão dispostos a assumir o compromisso comum de defesa dos direitos do povo de Timor.* Estamos no bom caminho se neste repatriamento de ex-funcionários não há condições (que o Governo não revelou ao contrário do que diz o Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio".

"Gostava de ser esclarecido sobre estes pontos".

3.3 – JORNALISTA LUÍSA BESSA, DO JORNAL DE NOTÍCIAS

"Eu registo (...) que há um grande consenso quanto à questão de Timor-Leste (...). Será talvez o único tema em que há assim uma unanimidade nacional tão vincada".

"Estamos todos de acordo em que deve reconhecer-se ao povo de Timor-Leste o direito à autodeterminação e à independência".

"Estamos todos de acordo em que é preciso uma ofensiva diplomática massiva para resolver este problema".

"Eu lembro que, pelo menos desde 1983, todos os anos se diz que a questão de Timor-Leste vai estar na Assembleia Geral das Nações Unidas e, invariavelmente se diz também, na véspera da Assembleia Geral, que tal não vai acontecer porque a ofensiva, as movimentações diplomáticas portuguesas são pouco fortes, e o Governo Indonésio avança e vai conquistando terreno mesmo onde inicialmente não tinha apoio".

a) (...) "Queria saber o que é que a Comissão Parlamentar sabe sobre o *que está a ser feito por este governo".*

"O Ministro dos Negócios Estrangeiros deste governo já está em funções há uns largos meses, pelo menos desde Novembro do ano passado, e não me lembro de ser referida uma iniciativa diplomática portuguesa sobre Timor-Leste (...). Ora estas questões têm que ser tratadas em todos os momentos. *Não pode ser só na véspera da Assembleia Geral das Nações Unidas,* porque senão depois já é tarde de mais (...)".

b) "Que estão os deputados portugueses ao Parlamento Europeu a fazer de concreto nos corredores (...) – porque estas coisas resolvem-se mais nos corredores do que nas assembleias – para motivar os deputados de outros países para votar uma tal resolução sobre Timor-Leste (...)?"

3.4 – JORNALISTA JORGE SANTOS DE O COMÉRCIO DO PORTO

"*De que maneira* é que esta Comissão da Assembleia da República – que, juntamente com o Governo e com o Presidente da República vai, desta vez, lançar uma ofensiva mais vigorosa do que as anteriores – *vai associar os movimentos que lutam no terreno*, nomeadamente a Fretilin, *a esse conjunto de iniciativas?"*

3.5 – Dr.a LUISA TEOTÓNIO PEREIRA, DA COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE DE LISBOA

a) "Tenho acompanhado, bastante de perto, o evoluir da situação diplomática, nomeadamente em Genebra, onde o problemaa de Timor-Leste tem sido debatido na Comissão dos Direitos do Homem, verifico que de facto *nestes últimos dois anos não notei qualquer diferença* – e corroboro assim aquilo que a jornalista do Jornal de Notícias há pouco afirmou relativamente à actuação deste governo –. Este ano (Fevereiro de 1986), embora com um novo governo as indicações dadas para o representante de Portugal junto das organizações internacionais foram exactamente as mesmas que tinham sido dadas nos anos anteriores (de não hostilizar a Indonésia), e portanto os resultados, ao nível da acção diplomática em Genebra, foram os mesmos de anos anteriores".

b) "Como é que o Parlamento Português pensa que pode colaborar com os Órgãos de Soberania que estão responsabilizados, constitucionalmente, pela questão de Timor-Leste, no sentido de, por um lado, *trabalhar a informação que existe*, de forma eficaz e, por outro lado, *dá-la a conhecer* à opinião pública portuguesa e instâncias do Poder?"

"É que a nossa experiência também é a seguinte: informação sobre Timor-Leste não falta. O que acontece é que provém de fontes diversas, é preciso trabalhar sobre ela, é preciso encontrar meios e tempo para que haja uma compreensão actualizada e global do que se vai passando, ao nível internacional, naquela área geográfica, e em Timor-Leste".

3.6 – ARQUITECTO LUIS GASPAR, DA COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE DO PORTO

"Como é que Portugal (...) pode *ver acrescida a sua força de negociação*, não só do ponto de vista de uma política comum ao nível europeu, mas também a outros níveis de negociações de bastidores, etc."

3.7 – ENGENHEIRO JOSÉ CARVALHOSA, DO GRUPO CRISTÃO PAZ E JUSTIÇA PARA TIMOR-LESTE

a) *Se o Governo,* apesar das iniciativas que a AR pensa tomar, *disser que não está disposto a seguir as sugestões que lhe forem feitas pelo Parlamento, que passa a AR fazer?*

b) A Comissão Eventual da AR para Acompanhamento do caso de Timor-Leste alguma vez pensou numa tomada de posição conjunta com a Igreja Portuguesa?

As questões formuladas pelos jornalistas e membros de grupos de solidariedade responderam os senhores deputados presentes pela forma que a seguir se transcreve. Eliminamos algumas passagens menos significativas ou laterais, relativamente ao tema central da Mesa Redonda.

As letras e números apostos a cada resposta, indicam a pergunta a que se referem e o autor da mesma.

3.8 – DEPUTADO ANACORETA CORREIA, DO CDS

(3.7 – a) e (3.2 – c) – Se o Governo disser que agradece mas não está disposto a aceitar a colaboração dos deputados "pela minha parte – e creio que será também a posição dos meus colegas – não deixaremos *de trabalhar pelo assunto*, porque muitos de nós para trabalharmos também não precisamos de esperar que existisse uma Comissão Parlamentar (...)".

"Julgo que a Comissão Parlamentar está no limiar de uma viragem:

- **a primeira Comissão Parlamentar foi de activismo;**
- **a segunda foi de criação de um espírito de consenso;**
- **a terceira, que agora existe, *é a que vai passar do consenso à prática*".**

Estou, por isso, optimista.

(3.2 – a) e (3.3 – a) "Pelas informações que tenho (e o Senhor Ministro de Negócios Estrangeiros vai ser convidado para uma conversa connosco), julgo que as negociações que têm existido com a Indonésia não são no sentido de haver reconhecimento de quaisquer direitos da Indonésia." (...)

"Pelas informações que tenho, a Indonésia pretende uma aceleração do processo negocial" (...) que até agora versou apenas questões de carácter humanitário.

"Representando os candidatos à Presidência da República, de certo modo, a opinião dos partidos políticos que os apoiavam (...), todos os candidatos à Presidência da República asseguraram, de forma inequívoca, que defenderiam o direito à autodeterminação do povo de Timor (...)".

"Todas as negociações têm uma técnica (...) não podemos pretender que as negociações de corredor se façam debaixo da luz dos holofotes da publicidade. É óbvio que *faz parte da técnica de negociação a contra-informação*, e é evidente que a Indonésia está no seu papel ao dizer que "libertamos funcionários portugueses porque Portugal (vai reconhecer a integração) para desarmar a nossa capacidade negocial"

(...)

"Sinto que estamos muito próximo de passar da teoria a uma expressão operacional, o que me parece ser bastante importante".

"Os partidos políticos podem influenciar, a nível internacional, as decisões dos governos de forma diferente das Chancelarias. Vimos claramente, por exemplo, que algumas das posições do Presidente Reagan foram modificadas, contra a opinião do próprio Departamento de Estado, por influência dos partidos políticos."

"Por isso gostaria de acentuar (...) que a influência dos partidos é extremamente importante nesta questão".

(3.7 – a) e (3.5 – a) – Como pode trabalhar a Assembleia da República?

"Julgo que a AR neste momento tem um conjunto de ideias, e, *da parte do Presidente da República* (e ainda ontem estive com ele numa audiência que foi pública (...) e o assunto de Timor foi discutido), *não tenho quaisquer dúvidas de que existem boas intensões* de encontrar ou tentar encontrar uma solução para Timor".

"O que eu *sei dos canais do Governo é que existe essa mesma predisposição".*

"Da parte da AR nós estamos perfilados".

"Portanto julgo que *chegou a hora de darmos o salto qualitativo, e julgo que não nos será desculpado se não o conseguirmos dar".*

3.9 – DEPUTADO AO PARLAMENTO EUROPEU, ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES, DO PRD

(3.3 – b) – Relativamente ao trabalho no Parlamento Europeu (PE), "o primeiro passo foi elaborar uma proposta, humildemente ouvir o que os outros deputados portugueses pensavam sobre a matéria e, depois de os ouvir, sensibilizá-los para junto dos respectivos grupos" políticos do PE recolherem opiniões e assinaturas.

Esse trabalho já foi feito.

(...) E, apesar dos corredores do PE serem muito grandes, vai prosseguir o trabalho de bastidores. "Quando e *só quando tivermos assegurados votos suficientes para a resolução ser votada favoravelmente, é que será apresentada".*

3.10 – DEPUTADO ANTÓNIO MOTA, DO PCP

(...) "Vários partidos têm uma posição, em relação a Timor-Leste, antes de irem para o Governo, e *quando vão para o Governo mudam de posição. Em Portugal* aparentemente, *passa-se o mesmo..."*

"A maneira como são tratados os refugiados quando chegam a Portugal, é bem o reflexo da forma como é tratado o próprio problema de Timor-Leste..."

3.11 – DEPUTADO RAUL DE BRITO, DO PS

(3.4) – (...) *"Presumo que a Comissão Eventual* da A.R. em toda a sua actuação *irá ouvir a UDT e a Fretilin*, com uma certa regularidade (...) fazendo-as, assim, participar na nova ofensiva diplomática".

(3.6) – *"Portugal*, após a entrada nas Comunidades Europeias, *ganhou um maior campo de intervenção internacional* (...). Portugal hoje *pode ter um papel essencial."*

(3.7 – a) – Estou convencido que quer o Governo quer a Presidência da República estão sensibilizados e irão actuar, mas, se tal não fizessem, havia sempre a possibilidade de a AR, na sua função fiscalizadora da actividade do governo, intervir através da interpelação ou da promoção de debates.

3.12 – DEPUTADO MANUEL MOREIRA, DO PSD

(3.10) – "Sendo aqui o único deputado que representa o partido que integra o Governo Português, desejo dizer que pelo facto do PSD estar neste momento sozinho no Governo não mudou a sua posição. A posição do PSD é a seguinte:

– *nós Sociais Democratas continuamos a condenar a invasão indonésia e defendemos a autodeterminação e independência de Timor-Leste"*.

"Não temos uma posição na oposição e outra no Poder".

(3.5-a) "O Governo Português tem dado instruções à representação de Portugal na ONU, no sentido de continuar a negociar uma solução global para o problema, mas as negociações têm decorrido apenas no plano humanitário, para já".

"Temos que dar um passo decisivo em frente, para que as negociações avancem para o plano político. Esse deve ser, agora, o nosso grande objectivo, com a definição de uma estratégia concertada, Presidente da República, Governo, Assembleia da República e instâncias internacionais, para que efectivamente se possa passar para o outro plano da resolução política *que leve realmente à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste.* É esse o nosso objectivo e o PSD estará sempre solidário com essa posição".

(3.4) "Como fazer participar os representantes da população de Timor-Leste nas negociações?"

"Nós todos defendemos que eles devem, realmente, começar a ser ouvidos e a participar directamente. Primeiro, reconhecendo-os como tal, como representantes do povo de Timor-Leste".

"Penso que *este passo* que foi dado agora, *de cooperação entre duas forças representativas – Fretilin e UDT – foi positivo* até para que, a nível da ONU elas *possam vir a ter, de novo, o estatuto de representantes da população de Timor-Leste*, porque começaram por ser reconhecidos como tal e mais tarde, talvez com a própria degradação da situação (...) passaram a ser e hoje são apenas reconhecidos como peticionários"

"Um dos objectivos da tal acção diplomática do Governo Português, da Presidência da República e de nós próprios deputados à AR, *é fazer com que eles possam ter assento à mesa das negociações, como verdadeiros representantes da população de Timor-Leste*, e não apenas como meros peticionários".

(3.7 – b) – Quanto a uma eventual "posição conjunta Assembleia da República – Igreja":

" (...) Há uma clara separação de poderes Estado-Igreja. Tem a mesma força, tem a mesma importância e atinge o mesmo obejctivo se a Assembleia da República e os outros Órgãos de Soberania tomarem a sua posição e a Igreja, pelo seu lado, também tomar a sua posição".

3.13 – PÚBLICO

De entre o público presente no anfiteatro da Escola Superior de Belas Artes do Porto, três pessoas quizeram pôr questões:

a) A primeira parecia sugerir que o caso de *Timor* era *um caso arrumado*, e suscitou viva reacção por parte de outros elementos do público. Foi esclarecido, entretanto, que a opinião de quem levantara a questão era de que seria a força da resistência armada quem, basicamente, resolveria o problema, e não quaisquer soluções que, pacifisticamente, se pretendessem encarar neste "Ano Internacional da Paz".

O deputado António José Fernandes esclareceu com o conceito de direita à auto-defesa.

b) A segunda, para perguntar *o que tem feito* o Governo para elucidar os Órgãos de Comunicação Social relativamente ao problema de Timor-Leste.

c) A terceira, para perguntar se para esta Mesa Redonda foi convidado algum representante do Governo.

3.14 – DEPUTADO MANUEL MOREIRA, DO PSD

(3.13. – b) – "Compete a todos nós, a começar pelos Órgãos de Comunicação Social, informar e formar a opinião pública nacional e internacional". E, continuando, *apelou à comunicação social para que fosse mais receptiva e mais sensível em relação a este problema*, pressionando, assim, os próprios Órgãos de Soberania e as instâncias internacionais.

(3.13 – a) – "O caso de Timor não está encerrado (ao contrário do que foi dito) (...), *e nós não o podemos deixar encerrar desta forma indigna para Portugal*, indigna para todos os povos livres e, sobretudo, para o povo que sofre, em Timor-Leste".

3.15 – DEPUTADO ANACORETA CORREIA, DO CDS

3.13 – a) "O assunto de Timor não está resolvido. E incito a Comissão (organizadora desta Mesa Redonda) a fazer um colóquio aqui no Porto, aberto ao público, onde dúvidas desta natureza possam ser esclarecidas devidamente. Porque *há muitos argumentos para provar que o assunto está longe de ser resolvido*, e há muitos outros exemplos internacionais que mostram bem que *o direito*, felizmente, *faz com que*, por vezes, *pequenas nações possam bater o pé e vencer as grandes potências*".

(3.7 – a) "Neste momento, mais importante do que pressionar (os Órgãos de Soberania) julgo que é (o facto de que a AR e os seus deputados vão oferecer os seus préstimos ao governo para colaborarem naquilo que poderá ser extremamente importante na delimitação de uma nova acção diplomática, que é a diplomacia informal".

3.16 – ENGENHEIRO BARBEDO DE MAGALHÃES, DA COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE DO PORTO

(3.13 – c) – "Não foi convidado qualquer membro do Governo para participar nesta reunião".

"*Está pedida uma audiência ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro*, pelo grupo Paz e Justiça para Timor-Leste (...) para entregarem um abaixo assinado aos Órgãos de Soberania com *cerca de quatro mil assinaturas*, e converssarem sobre o assunto. Se dessas conversas se verificar que há receptividade para membros do Governo ou representantes da Presidência da República para participar em sessões como esta, com muito gosto os teremos".

Infelizmente *a CDPM sentiu*, em vários casos "e com governos de cores diferentes, que era um parceiro mais ou menos indesejável".

4 – DISCURSO DE ENCERRAMENTO

Coube ao Eng.o Barbedo de Magalhães fazer o discurso de encerramento.

Tendo em conta que a sua alocução é reproduzida na íntegra, tal como foi pronunciada, dispensamo-nos de usar aspas no início e fim de cada parágrafo.

"Para encerrar esta sessão eu gostaria de pegar numa palavra do Sr. Deputado Anacoreta Correia. O Sr. Deputado Anacoreta Correia diz:

– *"Chegou a hora de dar o salto qualitativo"*.

Creio bem que essa é, realmente a verdade.

É evidente, neste momento, o *papel da Comunicação Social*. E, se há aqui muitos lugares vagos, naturalmente é porque a Comunicação Social tem desempenhado um papel pouco eficaz na divulgação deste problema. Não estou a dizer isto para os jornalistas aqui presentes, mas estou a dizer isto sobretudo para os jornalistas ausentes.

Naturalmente que *isso depende muito da vontade política de quem tem dirigido o país* ao longo destes cerca de 12 anos, *porque sistematicamente*, nas suas deslocações ao estrangeiro ou em Portugal, têm procurado ignorar este problema mesmo quando se lhes lembra que este assunto deve ser tratado.

***Há quatro anos*, nesta mesma sala, houve uma *Mesa Redonda* cujo tema era *"Timor-Leste, uma Responsabilidade a Assumir"*.**

A situação nessa altura era completamente diferente.

Felizmente *estiveram cá*, tal como hoje, *representantes de todos os partidos com assento parlamentar*, o que quer dizer que, ao nível dos partidos, se não há uma vontade decidida, ou se não tem havido até agora – porque agora a situação parece ser um pouco diferente – se não tem havido uma vontade decidida dos partidos, globalmente, tem havido, pelo menos, pessoas de todos os partidos, de todas as cores políticas, de todos os credos, empenhadas na defesa do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência, e na defesa dos seus direitos humanos.

Isso é-nos extremamente grato, como *é extremamente grato termos aqui*, realmente, *deputados de todos os grupos parlamentares.*

Nós estamos extremamente agradecidos porque nós, realmente, entendemos sempre que isto era *uma questão nacional*. Não era nem da esquerda nem da direita. E os Senhores Deputados, quer nessa Mesa Redonda (de há 4 anos) quer nesta, têm-nos dado a prova de que este é um problema nacional, e como tal assumido por deputados de todos os partidos.

Mas, como a memória dos homens é curta, eu gostaria de lembrar as *diferenças entre a situação aqui há quatro anos e a de hoje.*

E, realmente, olhando para trás, ao longo destes quatro anos, nós vermos que *as diferenças são abissais.*

Não só a *linguagem aqui utilizada hoje*, pelos Senhores Deputados, *foi completamente* diversa: – hoje já ninguém pôs em causa o direito à autodeterminação e independência. Nessa altura ainda se falava: "bem, se houvesse uma autonomia, no quadro da Nação Indonésia, já era muito bom... enfim...".

Ora bem, *depois de 1982 tiveram lugar as Conversações de Paz de Março de 1983.*

Essas Conversações de Paz foram apresentadas, nalguns Órgãos de Comunicação Social, como uma rendição da Fretilin, e como tal interpretadas por importantes responsáveis políticos nacionais.

No entanto hoje ninguém tem dúvida de que *elas foram uma manifestação de força da Fretilin e um sinal da divisão existente no seio das Forças Armadas Indonésias,* ao mais alto nível, em que, por exemplo, o Ministro da Defesa, General Jusuf, defendia para Timor uma solução política, dizendo que era impossível vencer militarmente a guerra, e o General Benny Murdani (Comandante-em-Chefe das Forças Armadas) defendia: – "Negociação, não; isso seria perder a face. Temos que vencer militarmente".

Ao fim de cinco meses de tréguas, o General Benny Murdani ameaça – e os jornais indonésios dizem-no claramente, os jornais portugueses também –: *"Desta vez vamos varrer, definitivamente, com os rebeldes que restam da Fretilin"; "Usaremos todos os meios ao nosso dispôr, sem piedade".*

E, de facto, usaram todos os meios ao dispôr, sem piedade. Massacraram aldeias inteiras, homens, mulheres e crianças.

Prometeram para *5 de Outubro de 1983* a solução completa, militar, do problema.

O 5 de Outubro de 83 passou.

Depois era para Janeiro de 84. Depois era para Abril. Depois era para não sei quando.

E já passaram mais de três anos e, em vez de a guerra ser perdida pela Fretilin, esta abriu novas frentes de luta; a Rádio Maubere começou a funcionar há mais de um ano e as Forças Armadas Indonésias ainda não conseguiram apanhá-la.

Em vez da evolução que previa o General Benny Murdani, antes pelo contrário, *é a situação na Indonésia que se tem agudizado.*

Vários generais estão *presos* neste momento. E *um deles* foi demitido das suas funções e preso logo a seguir quando, em 1984, era o Secretário Geral da ASEAN – o General Dharsono.

A ASEAN corresponde à NATO dessa região. Imaginemos agora o Secretário Geral da Nato a ser preso na Holanda por estar a consprirar contra o Governo... Se é o Secretário Geral da Nato naturalmente que é um homem com prestígio nos países da Organização, e da confiança do Governo. O mesmo acontecia com o General Dharsono. Ele foi julgado e muito recentemente *condenado a dez anos de prisão!*

A Igreja durante muitos anos silenciosa tomou posição. *As posições da Igreja Universal são, todas, posteriores a 1982.*

A situação na Indonésia, não só entre os militares, mas entre os políticos, tem-se agudizado, com a contestação crescente que levou à *prisão*, também, alguns ex-ministros de Suharto, o actual Presidente da República.

E a *evolução na área*, como muito bem referiu o Senhor Deputado Anacoreta Correia, também não é de molde a facilitar a vida a um regime militar, corrupto, de mais a mais.

Quer a evolução *nas Filipinas*, quer *na Malásia e noutros países*, leva a pensar muito seriamente na possibilidade de uma evolução, também, na Indonésia.

Por tudo isto nós vemos que *a situação hoje é completamente diferente e muito mais favorável à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste do que há quatro anos.*

Só num campo é que se tem verificado uma evolução negativa.

O Senhor Deputado Manuel Moreira referiu a posição do *Partido Trabalhista da Austrália*, um partido da Internacional Socialista que naturalmente, poderia e deveria ser objecto de relações e cuidados no âmbito dessa internacional. No entanto, estando um governo socialista em Portugal, este não foi capaz – não vale a pena, agora, ver porquê – evitar essa mudança de posição.

É de facto no plano diplomático, naquele que depende de Portugal, que a evolução tem sido negativa,

– porque a resistência maubere não depende de Portugal,
– a evolução da área não depende de Portugal;
– a evolução na Indonésia não depende de Portugal;

em tudo o que não depende de Portugal a evolução é favorável.

Só naquilo que depende de Portugal, que é a evolução nas instâncias internacionais, *é que a evolução não tem sido favorável.*

Os Senhores Deputados, e nomeadamente o Sr. Deputado António José Fernandes, do Parlamento Europeu, trouxe-nos aqui, com a sua proposta de resolução, uma mensagem extremamente importante.

É que *os deputados portugueses,* nomeadamente do Parlamento Europeu, *estão apostados em alterar este estado de coisas.*

Esperamos que os deputados da Assembleia da República, conjuntamente com o Governo e o Presidente da República, sejam capazes de fazer o mesmo.

Não temos a mínima dúvida de que os deputados aqui presentes farão tudo o que está ao seu alcance nesse sentido.

Esperamos que os seus partidos façam o mesmo, e que os outros Órgãos de Soberania também o façam.

Seria dramático que não o fizessem.

Eu não diria que com isso estavam a compremeter a possibilidade de Timor-Leste vir a ser independente.

Eu hoje quase que ousaria dizer que *Timor-Leste é um problema insolúvel da Indonésia*, e que só tem solução com a autodeterminação e independência.

Mas *seria dramático se os Órgãos de Soberania portugueses*, com o seu silêncio, com a sua subsrviência, *permitissem que a guerra durasse mais alguns anos,* que mais algumas dezenas ou centenas de milhar de timorenses morressem *ou que Portugal viesse a sofrer a vergonha de vir a reconhecer a integração de Timor-Leste na Indonésia na véspera da queda do regime de Suharto.*

Estão em causa muitas vidas humanas. *O povo de Timor-Leste já sofreu demasiado, em grande parte por nossa culpa.*

Está em causa também a história deste povo a que pertencemos, que tem um sentido.

O Povo Português ao votar nos deputados dos partidos aqui representados, entregou-lhes uma boa parte do poder e da responsabilidade de fazerem a história do seu povo.

O significado da história do Povo Português tem que ver com o desfecho desta guerra que, estoicamente e contra tudo e contra todos, o Povo Maubere tem continuado a fazer.

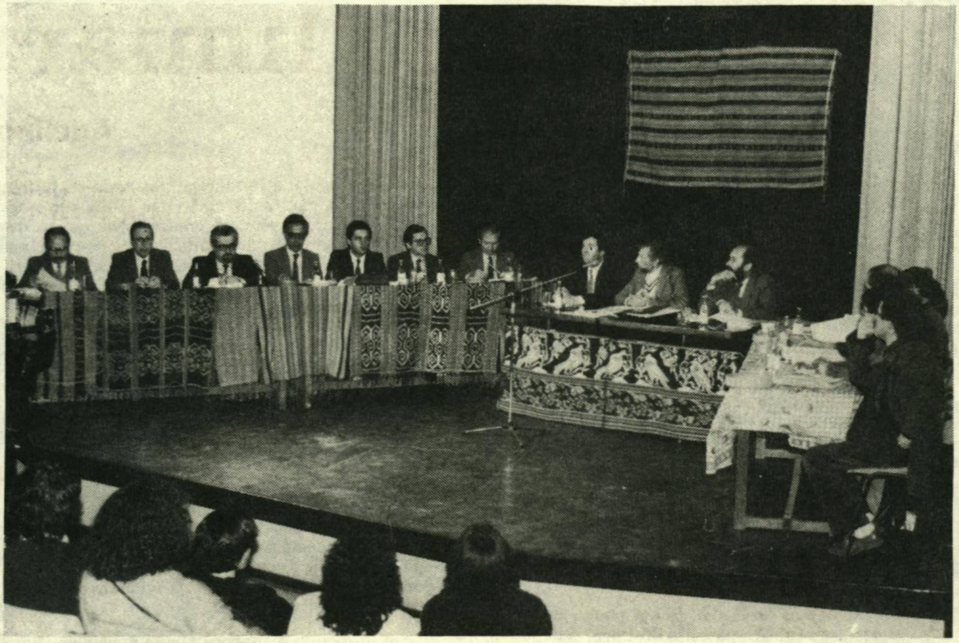
Por isso termino, por um lado, com *um apelo*, que tenho a certeza que é ouvido no coração dos Senhores Deputados: – *que se empenham*, com toda a força, pelo Povo Maubere, por nós, Povo Português, pelo bem da Humanidade, para que este problema encontre solução justa, digna, e de acordo com o direito internacional, pela autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste.

E com uma segunda palavra, que é *uma palavra de esperança:*

A evolução havida nestes quatro anos que medeiam entre as duas Mesas Redondas em que estiveram representados todos os partidos da Assembleia da República, leva-nos a encarar este momento com muita responsabilidade, mas também com uma grande Esperança.

É tempo de dar o salto.

Obrigado".



5– REPERCUSSÕES NA IMPRENSA

A sessão teve importantes repercussões na imprensa, com bons e longos artigos publicados no Jornal de Notícias, no Comércio do Porto e no Diário de 21.4.86, e ainda no Semanário da Diocese do Porto, Voz Portucalense, de 24.4.86 de que juntamos reproduções reduzidas. O Semanário Expresso trouxe um artigo do moderador Adelino Gomes, na sua edição de 25 de Abril de 1986. Por se tratar de um artigo menos descritivo e mais analítico reproduzimo-lo na íntegra, com a devida vénia.

O Primeiro de Janeiro de 21.4.86 publicou uma notícia com muitos erros e impressões e cujo título "Simpatia e Impotência perante o drama de Timor" sendo totalmente alheio ao espírito e conteúdo da Mesa Redonda, é bem significativo da forma como uma parte dos órgãos de comunicação social e muitos responsáveis ainda encaram a questão, que é como quem diz: "coitadinhos dos timorenses, a gente tem muita pena, mas não há nada a fazer..." Este preconceito está de tal modo enraizado que leva algumas pessoas encarar derrotistamente mesmo os factos mais positivos, quer se trate de transformar uma sessão tão afirmativa e positiva como esta numa "piedosa" manifestação de "simpatia e impotência", quer consista em tratar as conversações de Paz de Março de 1983, em que a Fretilin se apresentou uma posição forte, como se duma rendição se tratasse...

De registar ainda uma pequena entrevista passada no noticiário das 13 da RTP, e ao fim da tarde do dia 21.4.86, sobre a sessão.

Timor: no limiar

Adelino

ONZE anos depois da invasão da Indonésia e apesar de nunca ter possuído «santuários» de apoio no exterior, a guerrilha continua activa em Timor Leste, enquanto em Lisboa a Fretilin e a UDT   as duas organizações outrora inimigas — assinam um acordo que prevê a realização de um referendo supervisionado pela comunidade internacional, e a instauração no país de um regime parlamentar pluripartidário.

Impensável ainda há poucos meses, este acordo permitirá quebrar o isolamento a que uma imagem radical da Fretilin amarrara a representação externa da luta. Entretanto, e pela primeira vez, deputados portugueses de todos os partidos defendem publicamente o reconhecimento oficial da Fretilin e preparam-se para apresentar ao Parlamento Europeu uma proposta de resolução na qual se convidam todos os estados membros da CEE a exigirem a participação nas negociações de representantes do povo maubere.

«Estamos no limiar de um tempo de viragem», declarou sábado passado no Porto o deputado do CDS Anacoreta Correia, acrescentando que **«é altura de passar à prática o consenso nacional»** que se vem registando em torno da questão de Timor. Numa reunião à porta fechada com organizações de solidariedade e, mais tarde, numa sessão pública realizada na Escola Superior de Belas-Artes, deputados dos cinco maiores partidos parlamentares deram a conhecer um conjunto de acções que a Comissão Eventual para a questão de Timor discutiria esta semana na Assembleia da República.

«Forcing» diplomático

«O tempo urge e é necessário por isso desencadear uma ampla ofensiva diplomática e de sensibilidade da opinião pública», declarou também no Porto, o deputado do PSD Manuel Moreira, para quem **«liderar a paz em Timor deve ser o grande contributo de Portugal para este ano internacional da paz»**, enquanto para Anacoreta Correia, a ofensiva diplomática deve privilegiar a CEE, cujos estados membros estão **«obrigados a uma certa interdependência em matéria de política externa»**.

O deputado do CDS, que desempenhou um papel decisivo na aproximação entre a Fretilin e a UDT (dirigentes deste último agrupamento são quadros do CDS), considera que existem neste momento condições para **«através dos canais partidários, se alterar a posição do Governo»**. Salienta a esse propósito a presença do ex-ministro Vítor Crespo (PSD) na presidência da Comissão Eventual. Em consonância com os deputados dos outros restantes partidos, Anacoreta Correia pensa que é altura de dar um passo em frente nas negociações entre Portugal e a Indonésia, passando-se da fase humanitária para a discussão dos problemas políticos. Entende porém, ao contrário de outros deputados, que será muito difícil fazer os representantes de Timor participarem nas negociações. Prefere uma solução que inclua a Igreja Católica, afirmando-se convencido, aliás, de que é ela quem detém a **«direcção ideológica da resistência nacional»**, no interior do país.

Repor a fórmula de Havana

O chefe da Delegação da Fretilin em serviço no exterior, Abílio Araújo, não parecia rejeitar liminarmente a hipótese de a Igreja se sentar sozinha com Portugal e a Indonésia à mesa das negociações quando nos declarou, esta semana: **«A Fretilin, a UDT e a Igreja devem participar nas negociações, podendo fazê-lo, porém, directa ou indirectamente, através de medianeiros.»**

Abílio Araújo reconhece que se regista em Portugal uma inflexão **«embora tímida»** face à questão de Timor. Porém — adianta —, ela **«não influenciou ainda a acção do Executivo»**. De resto, tanto o primeiro-ministro e o titular da pasta dos Estrangeiros como o presidente da República não responderam ainda aos pedidos de audiência conjunta que a Fretilin e a UDT lhes dirigiram na última semana de Março. Abílio Araújo partiu esta quarta-feira para Luanda, onde vai pedir uma reunião à porta fechada com os chefes de Estado dos «cinco», por ocasião da Cimeira marcada para depois de amanhã.

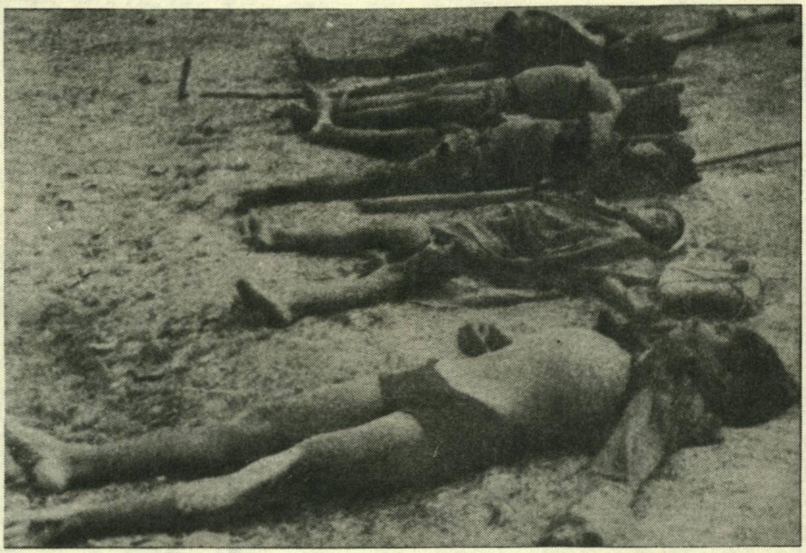
Aliás a Fretilin está a empenhar o máximo da sua capacidade de influência na preparação da Cimeira dos Não-Alinhados que se realiza em Setembro em Harare, e para isso obteve já o «agrément» do Governo de Robert Mugabe para que um dos seus dirigentes se instale a partir de Maio na capital do Zimbabwé. O objectivo é **«repor a fórmula de Havana»**, isto é, fazer aprovar uma resolução que reconheça o direito do povo timorense à autodeterminação e independência e apoie todas as resoluções da ONU sobre a matéria. Pouco depois da cimeira de Harare, decorrerá em Nova Iorque a Assembleia Geral das Nações Unidas. Uma das hipóteses encaradas é a de aí propor que seja consultado o Tribunal Internacional de Haia sobre se o povo de Timor exerceu o direito à autodeterminação em 1976, como pretende a Indonésia. Abílio Araújo sublinha entretanto que a Fretilin só avançará com esta proposta de resolução desde que obtenha o acordo dos «cinco» e dos potenciais aliados, dentre os quais releva Portugal.

A curto prazo, a Fretilin espera poder divulgar internacionalmente um carta apelando para o re-

de uma viragem?

Gomes

EXPRESSO, SEXTA-FEIRA, 25-ABRIL-1986



Massacres indonésios em Timor-Leste: «o tempo urge»

conhecimento dos direitos do povo de Timor Leste, dirigida ao secretário-geral das Nações Unidas e ao Presidente dos Não Alinhados. O texto, da autoria de uma personalidade portuguesa cujo nome se mantém em segredo, foi entregue há cerca de 15 dias **«para consideração e as correcções que entendam introduzir-lhe»**, ao ex-presidente Ramalho Eanes e ao ex-primeiro-ministro Pinto Balsemão. Eanes é o possível primeiro subscritor de uma lista que inclui antigos chefes de Governo, ministros dos Negócios Estrangeiros e personalidades estrangeiras por eles indicadas.

Maus ventos em Jacarta

Estas iniciativas e o fluxo de informações que a Comissão Eventual pretende fazer correr por todas as báncadas a partir de agora, impedirão certamente que se repita aquela cena recente de um deputado perguntando num almoço: **«E eles falam Português, os timorensés?»**. É arriscado prever contudo, se haverá ou não uma viragem na actuação dos órgãos de soberania. No passado, as reiteradas afirmações de preocupação por Timor andaram sempre de par com uma chocante magreza de iniciativas ao nível de Estado português. A aproximação de mais uma Assembleia Geral da ONU e o termo do mandato recebido por Perez de Cuellar para tratar do caso de Timor conferem maior significado às acções e omissões de Portugal. A conjuntura apresenta-se de resto desfavorável, para o regime do general Suharto: alterações geoestratégicas na área, com a queda de Marcos nas Filipinas e agitação na Malásia: queda do preço do petróleo (mais de 70% das exportações); e sintomas de ruptura na classe dirigente, expressos na chamada «petição dos cinquenta», documento no qual generais e ex-ministros (alguns dos quais presos mais tarde) exigiam um inquérito ao massacre de sessenta muçulmanos em Jacarta, em Setembro de 1984.

Embora não se preveja a queda de Suharto a breve prazo, terá sido com este quadro de situação presente que Barbedo de Magalhães, da Comissão de Defesa dos Direitos do Povo Maubere encerrou a mesa redonda de sábado passado no Porto com um aviso aos representantes do povo português na Assembleia da República: **«A continuar como até aqui, Portugal corre o risco de vir a reconhecer a integração de Timor na Indonésia nas vésperas da queda do regime indonésio...»**

PARLAMENTARES DEBATEM QUESTÃO DE TIMOR-LESTE

CP- 18-4-86

Deputados portugueses do Parlamento Europeu e da Assembleia da República participarão numa mesa-redonda sobre os direitos do povo Maubere, que decorre amanhã, na Escola Superior de Belas Artes do Porto, indicaram os seus promotores.

«Timor-Leste. Caminhos para a Paz» é o tema proposto para esta iniciativa conjunta da Comissão para os Direitos do Povo Maubere e do Grupo Cristão «Paz e Justiça para Timor-Leste». O jornalista Adelino Gomes intervirá como moderador desta mesa-redonda, em que participam os deputados Manuel Moreira (PSD), Carlos Candal (PS), José Costa Carvalho (PRD), José Manuel Mendes (PCP) e Miguel Anacoreta Correia (CDS).

Deputados debateram o problema **PJ**

O Primeiro de Janeiro 1986-04-21

Simpatia e impotência perante o drama de Timor

O Primeiro de Janeiro

Deputados dos seis grupos parlamentares da Assembleia da República e do Parlamento Europeu intervieram sábado num colóquio subordinado ao tema «Timor Leste, Caminhos para a Paz».

Na primeira intervenção o deputado social-democrata Manuel Moreira afirmou que «a paz de Timor Leste passa pela autodeterminação e pela independência, que só será possível através de uma perfeita cooperação entre os órgãos de soberania e o empenhamento dos representantes da ONU».

«No momento em que se comemora o Ano Internacional da Paz, Timor Leste não pode continuar subjugado à Indonésia, e Portugal tem responsabilidades a que não pode ficar alheio» — disse.

Carlos Brito (PS) referiu que o problema de Timor Leste não é tão simples como parece face a uma guerra que já se prolongou por onze anos, em que o povo maubere vive com enormes dificuldades e sacrifícios, o que poderá levar à sua extinção.

«No campo da luta, sendo Timor Leste uma parte integrante do território nacional, não possuímos forças capazes de desbloquear o problema no sentido de restabelecer a ordem e a paz» — acrescentou.

Na sua intervenção, Costa Carvalho (PRD) sublinhou que o empenhamento do seu partido na resolução deste conflito é uma tarefa prioritária na luta pelos anseios do povo maubere.

«O problema de Timor Leste diz respeito a todos os Portugueses e não apenas aos órgãos de soberania» — observou.

O deputado comunista, António Mota, salientou que esta situação não é vaga, mas tem razões políticas e económicas, pelo que a Indonésia não se encontra isolada de vários apoios internacionais.

«É uma situação vergonhosa para o nosso país, porque os sucessivos governos nunca definiram uma estratégia de forma a conduzir Timor Leste à paz e à sua independência» — disse.

O deputado Anacoreta Correia (CDS) afirmou que «a situação de Timor Leste é um problema de consciência nacional, e no Ano Internacional da Paz devemos ter uma perspectiva de futuro e uma política concertada para o confrontar».

Raul Castro (MDP) disse que a resolução do problema de Timor Leste passa pela mobilização da opinião pública e dos órgãos da comunicação social, acrescentando que a independência do território «está na mão dos Portugueses».

Por último, António Freixo lembrou que a ocupação do território de Timor Leste suscitou uma guerrilha contra a Indonésia conduzida pelo povo maubere, que colocou Portugal numa situação incómoda.

«O problema tem suscitado a manifestação de órgãos e personalidades de renome internacional, designadamente a Igreja Católica, as Nações Unidas e altos representantes de vários estados.

António Freixo salientou que «os governos não têm actuado com a dinâmica que é exigível, e encontramo-nos numa situação que poderá levar muito tempo a ficar resolvida».

«Como povo pacífico que somos, gostaríamos que no ano de 1986 houvesse paz em todo o mundo e, para isso, devemos procurar todas as acções possíveis que levem o povo maubere à sua total liberdade e aos seus legítimos direitos» — concluiu.

O Comércio do Porto 1986.04.21

MESA-REDONDA SOBRE TIMOR-LESTE NO PORTO

DEPUTADOS PORTUGUESES PREPARAM NOVA OFENSIVA DIPLOMÁTICA

Timor-Leste foi tema de um colóquio realizado por iniciativa conjunta da Comissão para os Direitos do Povo Maubere e do Grupo Cristão «Paz e Justiça para Timor-Leste», que teve lugar no anfiteatro da Escola de Belas Artes do Porto.

A mesa-redonda contou com a presença de deputados de todas as organizações políticas com assento na Assembleia da República. Em causa os caminhos para alcançar a paz naquele martirizado território, desde Dezembro de 1975 ocupado militarmente pela ditadura indonésia.

O direito à auto-determinação do Povo Maubere é hoje reconhecido por todas as forças políticas portuguesas, ninguém questiona a necessidade de mobilizar a Opinião Pública nacional e internacional para a questão timorense, ou ainda a urgência de dinamizar a actuação diplomática de Portugal nas várias instâncias internacionais, de modo a não deixar esquecer que em Timor cerca de 200 mil pessoas, praticamente um terço da sua população, foi massacrada pelas tropas invasoras, que o povo maubere luta de armas na mão pelo direito de decidir o seu próprio destino, enfrentando uma das mais poderosas potências militares daquela região do globo e a indiferença, senão a e hostilidade, de uma parte considerável da comunidade internacional que, a troco de vantagens de carácter económico, vem fechando os olhos ao genocídio de que é vítima a população timorense.

É TEMPO DE PASSAR DAS PALAVRAS AOS ACTOS

No entendimento de todos trata-se agora de passar das boas palavras aos actos, de concertar a acção do Governo, Presidência da República e Parlamento na defesa das posições portuguesas, de fazer do Ano Internacional da Paz o ano da resolução do problema timorense. O deputado do CDS, Anacoreta Correia, que conforme foi salientado na ocasião, desenvolveu um papel determinante na aproximação entre as duas forças que lutam no interior, a Fretilin e a UDT, sublinhou os três vectores decisivos na resolução do problema: a luta que se trava na montanha, a diplomacia e a opinião pública. Revelando algum optimismo, Anacoreta Correia adiantou pensar que o ano de 1986 poderá vir a ser decisivo.

«Porque — explicou — a conjuntura política na zona é agora mais favorável, graças às mudanças ocorridas na Malásia e nas Filipinas, e também pelo facto de a Indonésia, que não consegue terminar com a Resistência através das armas, se encontrar a braços com dissenções entre os seus dirigentes, divididos quanto à forma de pôr cobro à situação de conflito armado sem saída visível.»

Por outro lado, o representante do CDS referiu-se à queda dos preços do petróleo, exportação-base dos indonésios, o que vai certamente dificultar o esforço de guerra daquele país.

Quanto a medidas concretas, Anacoreta Correia informou que a Comissão Eventual da AR vai formalizar algumas durante a proxima semana.

«Vamos promover a circulação de toda a documentação sobre Timor-Leste entre os deputados, apresentar um relatório que depois de aprovado vai ser distribuído pelas várias instituições internacionais onde Portugal tem assento, ouvir o ministro dos Negócios Estrangeiros, e constituir uma comissão mais reduzida que queremos mais operacional na orientação de todo este processo.»

COMPROMETER O PARLAMENTO EUROPEU NA DEFESA DE TIMOR-LESTE

No plano internacional, o deputado ao Parlamento Europeu pelo PRD, António José Fernandes, depois de frisar que em 1975 «Portugal não soube, não pôde, ou não quis desempenhar o papel que lhe estava reservado como potência colonial, deu conta de uma proposta que irá ser brevemente apresentada no Parlamento dos países europeus, do direito de Timor-Leste à autodeterminação. O referido documento, caso venha a ser aprovado, recomenda às instituições supra-nacionais e aos estados membros da Comunidade Europeia a tomada efectiva de medidas que favoreçam o fim da ocupação do território e o respeito pela vontade política do povo maubere.

De acordo no essencial, os deputados presentes trouxeram à luz do dia aspectos diversos do problema a que urge dar resposta. Manuel Moreira (PSD) disse ser imprescindível associar a Fretilin e a UDT às «démarches» que vão ter lugar, «até para que, a nível das Nações Unidas, eles possam ser considerados como verdadeiros representantes do povo maubere e não simples peticionários, como acontece presentemente». Raul Brito (PS) sublinhou de igual modo este aspecto, defendendo que aqueles movimentos de libertação nacional sejam regularmente consultados pelos deputados portugueses e acentuou que o Plano de Paz apresentado pela Fretilin em 1983 «é um bom ponto de partida para futuras negociações».

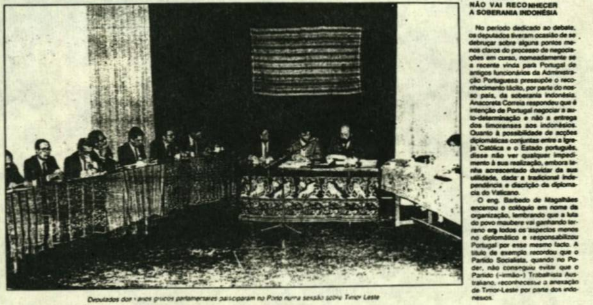
Por seu turno, António Mota, do PCP, denunciou as cumplicidades a nível internacional com que a Indonésia tem vindo a jogar, acusou os sucessivos executivos nacionais de passividade e mesmo alheamento em relação ao problema timorense e rematou dizendo que a actual situação «é uma vergonha para o Estado português», pelo que interessa antes de mais preparar uma estratégia coerente que conduza à modificação deste estado das coisas. Raul de Castro, do MDP, lembrou que Timor não é apenas um problema de direitos humanos, «mas uma questão bem mais profunda, que tem a ver com o direito dos povos à auto-determinação».

Costa Carvalho, do PRD, apelou, por sua vez, para a Comunicação Social, cujo papel reputou de essencial para o bom andamento do problema. «Timor-Leste é um problema que nos diz respeito a todos», disse ao terminar a sua intervenção.

PORTUGAL NÃO VAI RECONHECER A SOBERANIA INDONÉSIA

No periodo dedicado ao debate, os deputados tiveram ocasião de se debruçar sobre alguns pontos menos claros do processo de negociações em curso, nomeadamente se a recente vinda para Portugal de antigos funcionários da Administração Portuguesa pressupõe o reconhecimento tácito, por parte do nosso país, da soberania indonésia. Anacoreta Correia respondeu que é intenção de Portugal negociar a auto-determinação e não a entrega dos timorenses aos indonésios. Quanto à possibilidade de acções diplomáticas conjuntas entre a Igreja Católica e o Estado português, disse não ver qualquer impedimento à sua realização, embora tenha acrescentado duvidar da sua utilidade, dada a tradicional independência e discrição da diplomacia do Vaticano.

O eng. Barbedo de Magalhães encerrou o colóquio em nome da organização, lembrando que a luta do povo maubere vai ganhando terreno em todos os aspectos menos no diplomático e responsabilizou Portugal por esse mesmo facto. A título de exemplo recordou que o Partido Socialista, quando no Poder, não conseguiu evitar que o Partido («irmão») Trabalhista Australiano, reconhecesse a anexação de Timor-Leste por parte dos indonésios.



Deputados dos vários grupos parlamentares participaram no Porto numa sessão sobre Timor Leste

---

Partidos unânimes na defesa da autodeterminação e independência de Timor-Leste

— conclui mesa-redonda no Porto

POLÍTICA ☐ 21.4.86 ☐ **o diário** • 5

Porto (*da nossa delegação*) — A unanimidade dos partidos representados na Assembleia da República quanto à defesa da autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste e o reconhecimento do importnate papel a desempenhar por Portugal, designadamente no âmbito do Parlamento Europeu, são duas das notas salientes da mesa redonda ontem efectuada nesta cidade, na Escola Superiór de Belas-Artes, com a participação de deputados de todos os Grupos Parlamentares e delegações da Fretilin e UDT, membros de grupos de solidariedade e jornalistas.

Do debte, organizado pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto e pelo grupo «Paz e Justiça para Timor-Leste», ressaltou a importância das acções que os diferentes deputados poderão encetar, no sentido de incentivar o Governo a preparar a Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objectivo de apresentar uma resolução que apoie o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste.

Salientada, também, a importância da iniciativa do deputado António José Fernandes, apoiada pela generalidade dos representantes portugueses ao Parlamento Europeu, com vista à aprovação de uma resolução defendendo o direito à autodeterminação e independência do povo Maubere, a necessidade de as tropas indonésias retirarem de Timor e de representantes do povo de Timor-Leste participarem nas negociações em curso, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

No âmbito da discussão travada foi posta em relevo a colaboração entre as duas principais forças políticas timorenses, a UDT e a Fretilin, agora também no plano internacional, já que, no território de Timor-Leste «há muito que os patriotas de uma e outra correntes e de quaisquer credos políticos e/ou religiosos se dão as mãos e lutam contra a ocupação ilegal e brutal da sua terra pelas forças indonésias».

Todos os partidos defendem a independência de Timor-Leste

Voz Portucalense 24-04-86

– foi afirmado em colóquio realizado no sábado passado

Timor-Leste foi tema de um colóquio realizado por iniciativa conjunta da Comissão para os Direitos do Povo Maubere e do Grupo Cristão «Paz e Justiça para Timor-Leste», que teve lugar no anfiteatro da Escola de Belas-Artes do Porto, no sábado passado.

A mesa-redonda contou com a presença de deputados de todas as organizações políticas com assento na Assembleia da República. Em causa os caminhos para alcançar a paz naquele martirizado território, desde Dezembro de 1975 ocupado militarmente pela ditadura indonésia.

O direito à autodeterminação do povo maubere é hoje reconhecido por todas as forças políticas portuguesas e ninguém questiona a necessidade de mobilizar a opinião pública nacional e internacional para a questão timorense e ainda a urgência de dinamizar a actuação diplomática de Portugal nas várias instâncias internacionais, de modo a não deixar esquecer que em Timor cerca de 200 mil pessoas (praticamente um terço da sua população) foram massacradas pelas tropas invasoras, que o povo maubere luta de armas na mão pelo direito de decidir o seu próprio destino, enfrentando uma das mais poderosas potências militares daquela região do globo e a indiferença, senão a hostilidade, de uma parte considerável chando os olhos ao genocídio de que é vítima a população timorense.

Das palavras aos actos

Como foi referido por todos os deputados, importa que agora se passe das palavras aos actos, de modo a que Governo, Presidência da República e Parlamento se unam fazendo do Ano Internacional da Paz o ano da resolução do problema de Timor.

O deputado do CDS Anacoreta Correia, que desenvolveu um papel determinante na aproximação entre as duas forças que lutam em Timor — a Fretilin e a UDT —, sublinhou os três vectores decisivos para a resolução do problema: a luta que se trava na montanha, a diplomacia e a opinião pública. Revelando algum optimismo, Anacoreta Correia adiantou pensar que o ano de 1986 poderá vir a ser decisivo.

«Porque — explicou — a conjuntura política na zona é agora mais favorável, graças às mudanças ocorridas na Malásia e nas Filipinas, e também pelo facto de a Indonésia, que não consegue terminar com a resistência através das armas, se encontrar a braços com dissenções entre os seus dirigentes, divididos quanto à forma de pôr cobro à situação de conflito armado sem saída visível».

Também a queda dos preços do petróleo, exportacão

Adiantou ainda que a Comissão Eventual da AR vai formalizar, durante a próxima semana, algumas medidas:

«Vamos promover a circulação de toda a documentação sobre Timor-Leste entre os deputados, apresentar um relatório que depois de aprovado vai ser distribuído pelas várias instituições internacionais onde Portugal tem assento, ouvir o Ministro dos Negócios Estrangeiros, e constituir uma comissão mais reduzida que queremos mais operacional na orientação de todo este processo.»

O Parlamento Europeu na defesa de Timor-Leste

No plano internacional, o deputado ao Parlamento Europeu pelo PRD, António José Fernandes, depois de frisar que em 1975 *«Portugal não soube, não pôde, ou não quis desempenhar o papel que lhe estava reservado como potência colonial»*, deu conta de uma proposta que irá ser brevemente apresentada no Parlamento sobre o direito de Timor-Leste à autodeterminação. O referido documento, caso venha a ser aprovado, recomenda às instituições supranacionais e aos estados membros da Comunidade a tomada efectiva de medidas que favoreçam o fim da ocupação do território e o respeito pela vontade política

ram à luz do dia aspectos diversos do problema a que urge dar resposta. Manuel Moreira (PSD) disse ser imprescindível associar a Fretilin e a UDT às negociações que vão sendo feitas de modo que sejam considerados como verdadeiros representantes do povo maubere. Raul Brito (PS) acrescentou que o «Plano de Paz» de 1983 é um bom ponto de partida para futuras negociações. António Mota (PCP) acusou os sucessivos governos de alheamento em relação ao problema, o que «é uma vergonha para o Estado português». Raul de Castro (MDP) lembrou que o caso de Timor põe em causa o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação. Costa Carvalho (PRD) lembrou o papel da Comunicação Social na resolução deste caso já que «Timor-Leste é um problema que nos diz respeito a todos».

No que diz respeito a esclarecimentos, foi dito que as negociações que Portugal tem tido com a Indonésia, que conduziram ao repatriamento de ex-funcionários, não pressupõem qualquer reconhecimento da soberania indonésia sobre Timor.

Ao encerrar, o Eng.º Barbedo de Magalhães salientou que a causa do povo de Timor vai sendo cada vez mais apoiada e lamentou a ineficácia da diplomacia portuguesa

---

JN JORNAL DE NOTÍCIAS

JN 1986.04.21 **Política** | 3

Deputados exprimem «unanimidade nacional»

ESTE ANO PODE SER DECISIVO PARA O PROBLEMA DE TIMOR

1986 pode ser o ano do salto qualitativo. A convicção ficou em quantos puderam ouvir, anteontem, um debate sobre os «caminhos para a paz» em Timor-Leste, que reuniu no Porto deputados de todas as formações políticas representadas na Assembleia da República.

Uma certeza ressaltou das intervenções dos deputados presentes: a «unanimidade nacional» que se gerou em torno da questão de Timor-Leste, a exigência do reconhecimento internacional do direito à autodeterminação do povo maubere e a necessidade de uma política diplomática agressiva por parte de Portugal no exterior.

Só que, apesar da unanimidade e das boas intenções, tudo tem falhado e a questão arrasta-se. Como dizia no final o eng.º Barbedo de Magalhães, um dos organizadores da sessão, «em tudo que não depende de Portugal a evolução tem sido favorável. Só naquilo que depende de Portugal a evolução não tem sido favorável, isto é, nas instâncias internacionais».

Contra isto se dispuseram os deputados presentes. Manuel Moreira, do PSD, partido que forma Governo, falou na necessidade de «uma posição concertada do Executivo e do presidente da República para que se possa fazer uma ofensiva» e manifestou a disponibilidade do PSD para, em conjunto com outros partidos e outros órgãos de soberania delinear um plano de estratégia para essa ofensiva.

Do mesmo teor a intervenção de Raul Brito, do PS, que sintetizou em três pontos a posição do seu partido, ao fim e ao cabo, a de todos os presentes: «Pôr fim à guerra, restabelecer os direitos humanos em Timor-Leste e garantir a autodeterminação, do povo timorense», considerando depois o plano de paz da FRETILIN «um bom ponto de partida».

Depois de Costa Carvalho, do PRD, ter apelado à consciencialização da opinião pública sobre o problema e de António Mota, do PCP, ter focado as «graves responsabilidades» do Estado português, coube a Miguel Anacoreta Correia, do CDS (um «activista» da causa, como ali foi considerado), dar conta das actividades propostas pela comissão parlamentar sobre Timor-Leste — comissão que classificou como aquela que vai levar o consenso à prática: circulação de documentação sobre Timor, aprovação de um relatorio que se destina a ser traduzido em varias linguas e distribuido em todas as instâncias onde há deputados portugueses, pedido de audiência ao ministro dos Negócios Estrangeiros e audição dos grupos de Timor mais representativos. Aqui, refira-se, foi particularmente saudada a aproximação entre a UDT e a FRETILIN, que alargaram ao exterior uma unidade que existia há muito dentro do território.

Anacoreta Correia apontou também a disponibilidade dos parlamentares portugueses para desenvolverem a chamada «diplomacia informal», no caso de os dois outros orgãos de soberania assim o entenderem.

Depois, o deputado do MDP/CDE Raul de Castro referiu-se de novo à necessidade de mobilizar a opinião pública, enquanto o unico parlamentar português europeu presente, António Jose Fernandes, do PRD, dava conta dos esforços levados a efeito no plenário e nos corredores da Assembleia de Estrasburgo. Para já, o PRD apronta-se para apresentar uma proposta de resolução, onde se defende a autodeterminação e a independência do povo de Timor-Leste, apelando à Indonesia para que cesse as suas acções armadas e à presença dos representantes do povo de Timor nas negociações a [illegible]

Entre os deputados de todos os partidos não houve uma voz discordante: a unanimidade foi total na defesa do direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste.

Deputados amanhã na ESBAP

CAMINHOS PARA A PAZ EM TIMOR-LESTE ANALISADOS NO PORTO

Deputados portugueses do Parlamento Europeu e da Assembleia da República participarão numa mesa-redonda sobre os direitos do povo maubere, que decorrerá amanhã, às 17 horas, na Escola Superior de Belas-Artes, no Porto.

«Timor-Leste: caminhos para a paz» é o tema proposto para esta iniciativa conjunta da Comissão para os Direitos do Povo Maubere e do Grupo Cristão «Paz e Justiça para Timor-Leste».

O jornalista Adelino Gomes intervirá como moderador desta mesa-redonda, em que participam os deputados Manuel Moreira (PSD), Carlos Candal (PS), Costa Carvalho (PRD), José Manuel Mendes (PCP), Anacoreta Correia (CDS) e Raul de Castro (MDP-CDE).

JN-18.4.86

6 – CONCLUSÃO

UMA SESSÃO HISTÓRICA EM TEMPO DE MUDANÇA

Na Sessão sobre Timor-Leste, Caminhos para a Paz, não foi aprovado qualquer documento de conclusões. Cremos, no entanto que ressaltam da Mesa Redonda, e da Sessão de Trabalho que a precedeu, alguns aspectos que merecem destaque:

1 – A clara e unânime defesa, por todos os deputados e restantes intervenientes, do direito à autodeterminação e à independência do Povo de Timor-Leste;

2 – A afirmação, por deputados de todos os partidos, da necessidade de participarem, nas conversações em curso, representantes do Povo Maubere;

3 – O acordo entre a UDT e a Fretilin, foi saudado como um passo positivo, para a solução do problema, por todos os deputados que se lhe referiram;

4 – Foi reconhecida a fraca operacionalidade ou mesmo a indiferença de sucessivos governos relativamente a Timor-Leste;

5 – Foi considerado favorável o contexto resultante quer da persistência e vigor da resistência à ocupação, quer da evolução na Indonésia e na área;

6 – Para avançar de forma positiva em ordem à Paz, foram apresentadas propostas concretas incluíndo:

6.1 – Circulação de documentação junto dos deputados da AR;

6.2 – Aprovação de um relatório, sua tradução e divulgação no estrangeiro, em todas as instâncias onde se desloquem ou participem deputados portugueses;

6.3 – Audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em que deputados pensam oferecer a sua disponibilidade para fazerem a diplomacia informal, no quadro de uma estratégia comum de todos os órgãos de soberania;

6.4 – Ouvir os grupos mais representativos em relação ao problema de Timor-Leste;

6.5 – Constituir uma Comissão mais reduzida e operacional no âmbito da própria Comissão Parlamentar existente;

7 – Constatou-se o forte empenhamento de deputados portugueses ao Parlamento Europeu, e o apoio generalizado de todos eles a uma proposta da autoria do deputado António José Fernandes sobre Timor-Leste;

8 – Tendo estado presentes deputados de todos os partidos com assento parlamentar, verificou-se haver um largo consenso entre todos eles sobre a questão de Timor-Leste.

Apesar de todos estes aspectos, positivos e importantes, ficou por esclarecer o "mistério" para o qual o moderador, Adelino Gomes chamou a atenção: – "Como é possível esta grande dôr de todos nós, enquanto cidadões e enquanto responsáveis, conciliar-se com a indiferença do Estado, que, afinal, somos todos nós e também a comunicação social?"

Esta interrogação, que existe em muita gente, é uma razão suplementar para que consideremos necessário e urgente escrever a história destes anos que, sendo dramáticos para o Povo Maubere, condicionam também o significado e o sentido da história do Povo Português.

Mas mais importante do que escrever a história, é fazê-la, concretizando em factos o Direito e a Justiça que assistem ao Povo Maubere, e as exigências da Dignidade e da Responsabilidade de Portugal.

Tendo em conta o contexto existente e o consenso verificado, podemos dizer, com propriedades que esta foi uma sessão histórica, em tempo de mudança. Resta-nos esperar que os factos venham a confirmar que o empenhamento manifestado pelos deputados presentes corresponda ao empenhamento efectivo dos respectivos partidos, e se traduza numa actuação eficaz do Presidente da República e do Governo.

Tal como declarou o Sr. Deputado Anacoreta Correia:

Chegou a hora de darmos o salto qualitativo, e não nos será desculpado se não o conseguirmos dar.

Porto, 9 de Maio de 1986

Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto

Paz e Justiça para Timor-Leste

ANEXO I

PLANO DE PAZ DA FRETILIN

Apresentado em 23 de Março de 1983

1. No âmbito das resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) da Assembleia Geral da ONU, sob a mediação do Secretário Geral desta organização, deverão ser encetadas Conversações directas entre Portugal, Indonésia e Fretilin, no quadro das Nações Unidas para debater:

a) A constituição de uma força de Paz da ONU ou uma Força Multinacional, devendo assegurar a sua imparcialidade como condição indispensável para garantir e viabilizar:

- o funionamento de uma Administração Transitória
- a implementação correcta das decisões tomadas ao longo do processo de diálogo sobre o estacionamento das forças beligerantes – as Falintil e as Forças Armadas Indonésias.

b) A organização de consultas livres e democráticas ao Povo Maubere

c) A marcação de uma data para a transferência da soberania

2. Reserva-se à Austrália o direito de participação nas Conversações como Observador.
3. Mais observadores poderão ser aceites desde que propostos em igual número por cada uma das partes referidas no ponto 1 e acordados por todos.

* *

Em 10 de Maio de 1983, o Presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional o Comandante-em-Chefe das Falintil Kay Rala Gusmão, esclarecia, em comunicado:

"A Fretilin declara que o Povo Maubere está consciente da sua inserção no Sudeste Asiático. A Fretilin declara, por isso mesmo, que não deseja nem desejará que Timor-Leste seja um foco de irradiação de conflitos. Timor-Leste é um país não-alinhado e segue a política de coexistência pacífica. Os seus princípios regularão as relações com todos os Países e estreitarão os laços de cooperação no plano técnico, económico e cultural com os seus vizinhos. O Povo Maubere sabe que deve respeitar os interesses dos seus vizinhos e acredita também que os seus legítimos interesses serão respeitados".

Adenda apresentada em Outubro de 1984

I – Participação de Portugal como potência descolonizadora, representada por um Alto-Comissário

II – A formação, durante o período de transição, de um governo de unidade nacional, com a participação de Portugal com um Alto-Comissário até às primeiras eleições gerais.

ANEXO II

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO A SUBMETER AO PARLAMENTO EUROPEU

pelos Deputados Snrs. J. Fernandes, Medeiros Ferreira,
J. Campinos, Miranda da Silva...

SOBRE: A situação de Timor Leste

O PARLAMENTO EUROPEU:

A. Considerando que a Indonésia ocupa, pela força e ao arrepio do Direito Internacional, desde Dezembro de 1975, o território de Timor-Leste;

B. Tendo em conta as recomendações da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como as resoluções adoptadas na Comissão dos Direitos do Homem e na Subcomissão das Minorias desta Organização, que reconhecem o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e convidam a Indonésia a retirar as suas tropas deste território;

C. Recordando a posição adoptada pelos bispos indonésios e portugueses e sobretudo as palavras do Papa João Paulo II, em 7 de Julho de 1984, recomendando à Indonésia o respeito pelos direitos humanos em Timor-Leste e manifestando a sua esperança de uma consideração particular, em todas as circunstâncias, pela identidade étnica, religiosa e cultural do povo maubere;

D. Convencido de que não é possível celebrar tranquilamente o Ano Internacional da Paz (1986) enquanto existirem povos privados de exercerem livremente o direito à autodeterminação;

E. Tendo em atenção o sentir do povo português bem como as posições assumidas pelos órgãos de soberania representativos, no sentido da defesa do direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência;

F. Atendendo a que Portugal é, desde 1 de Janeiro de 1986, membro da Comunidade Europeia, e a que a Constituição da República Portuguesa estipula no seu Art.o 297.o que "Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste";

1. APELA ao Governo da Indonésia para que cesse imediatamente as hostilidades contra os habitantes de Timor-Leste, ponha termo à ocupação deste território e respeite o direito do povo maubere à autodeterminação;

2. CONVIDA as Instituições da Comunidade Europeia para que envidem esforços a fim de que sejam criadas condições para que o povo de Timor-Leste possa exercer livremente o direito à autodeterminação;

3. CONVIDA os Estados membros da Comunidade Europeia a utilizarem todos os meios diplomáticos possíveis com vista ao estabelecimento da paz e da legalidade em Timor-Leste;

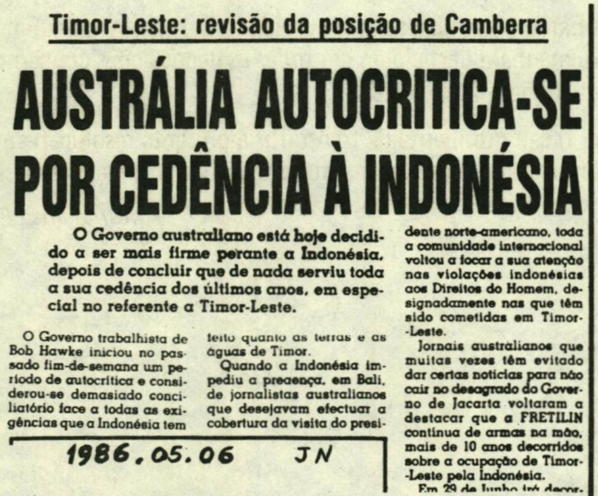
4. CONVIDA os Estados membros da Comunidade Europeia a exigirem que os representantes do povo maubere participem em todas as negociações concernentes à definição do futuro estatuto de Timor-Leste;

5. ENCARREGA o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos Governos dos Estados membros e ao Governo da Indonésia.

António José Fernandes (PRD)

ANEXO III

Tendo sido feitas referências ao apoio da Austrália à Indonésia, na questão de Timor-Leste, como um factor negativo importante, juntamos duas notícias, já posteriores à realização da Mesa Redonda, publicadas no Jornal de Notícias de 6 e 7 de Maio, as quais dispensam comentários.



Timor-Leste: revisão da posição de Camberra

AUSTRÁLIA AUTOCRITICA-SE POR CEDÊNCIA À INDONÉSIA

O Governo australiano está hoje decidido a ser mais firme perante a Indonésia, depois de concluir que de nada serviu toda a sua cedência dos últimos anos, em especial no referente a Timor-Leste.

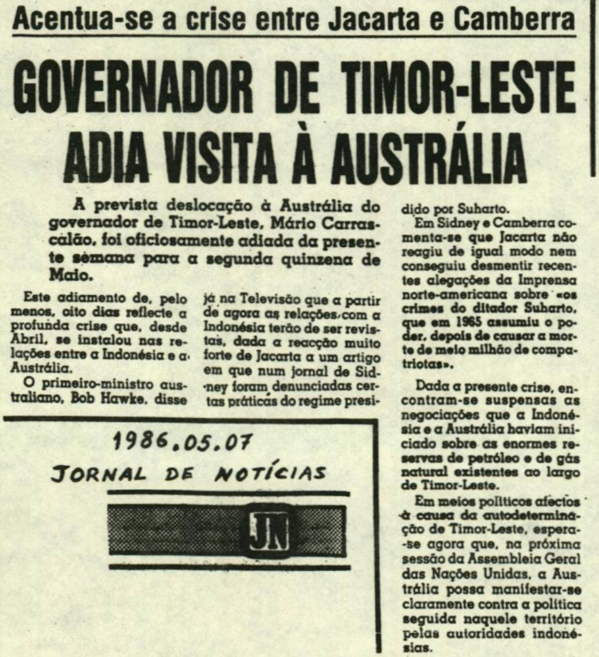
O Governo trabalhista de Bob Hawke iniciou no passado fim-de-semana um período de autocrítica e considerou-se demasiado conciliatório face a todas as exigências que a Indonésia tem feito quanto as terras e as águas de Timor.

Quando a Indonésia impediu a presença, em Bali, de jornalistas australianos que desejavam efectuar a cobertura da visita do presidente norte-americano, toda a comunidade internacional voltou a focar a sua atenção nas violações indonésias aos Direitos do Homem, designadamente nas que têm sido cometidas em Timor-Leste.

Jornais australianos que muitas vezes têm evitado dar certas notícias para não cair no desagrado do Governo de Jacarta voltaram a destacar que a FRETILIN continua de armas na mão, mais de 10 anos decorridos sobre a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia.

Em 29 de Junho irá decor-

1986.05.06 JN



Acentua-se a crise entre Jacarta e Camberra

GOVERNADOR DE TIMOR-LESTE ADIA VISITA À AUSTRÁLIA

A prevista deslocação à Austrália do governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão, foi oficiosamente adiada da presente semana para a segunda quinzena de Maio.

Este adiamento de, pelo menos, oito dias reflecte a profunda crise que, desde Abril, se instalou nas relações entre a Indonésia e a Austrália.

O primeiro-ministro australiano, Bob Hawke, disse já na Televisão que a partir de agora as relações com a Indonésia terão de ser revistas, dada a reacção muito forte de Jacarta a um artigo em que num jornal de Sidney foram denunciadas certas práticas do regime presidido por Suharto.

Em Sidney e Camberra comenta-se que Jacarta não reagiu de igual modo nem conseguiu desmentir recentes alegações da Imprensa norte-americana sobre «os crimes do ditador Suharto, que em 1965 assumiu o poder, depois de causar a morte de meio milhão de compatriotas».

Dada a presente crise, encontram-se suspensas as negociações que a Indonésia e a Austrália haviam iniciado sobre as enormes reservas de petróleo e de gás natural existentes ao largo de Timor-Leste.

Em meios políticos afectos à causa da autodeterminação de Timor-Leste, espera-se agora que, na próxima sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Austrália possa manifestar-se claramente contra a política seguida naquele território pelas autoridades indonésias.

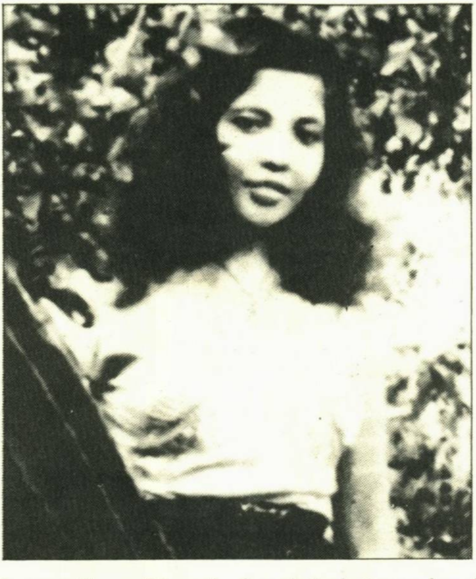
1986.05.07
JORNAL DE NOTÍCIAS

JN

Maria Gorete Joaquim foi detida e interrogada várias vezes desde que as tropas indonésias invadiram Timor-Leste.

Tinha 17 anos quando foi vista pela última vez, em Abril de 1979. Nessa altura as forças de ocupação foram-na buscar à casa do seu tio, onde vivia. Depois, "desapareceu".

Consta que tendo resistido a ser violada pelos militares indonésios terá sido assassinada.



(Fotografia cedida pela Amnistia Internacional)

Editor: Padre José Lopes Baptista
Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda
Igreja da Pasteleira
4100 PORTO